

MARIA CLÁUDIA DEMÉTRIO GAIA

PARACURI:

a construção social de um “problema ambiental urbano”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Henri Acselrad.

Rio de Janeiro
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

G137p Gaia, Maria Claudia Demetrio.
Paracuri : a construção social de um “problema ambiental urbano” / Maria Claudia Demetrio Gaia. – 2010.
112 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Henri Acselrad.

Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

Bibliografia: f. 114-120.

1. Planejamento urbano – Aspectos ambientais.
2. Ecologia urbana. 3. Conflito social – Belém (PA).
4. Desenvolvimento sustentável. 5. Belém (PA) – Aspectos ambientais. I. Acselrad, Henri. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 304.2

MARIA CLÁUDIA DEMÉTRIO GAIA

PARACURI:

a construção social de um “problema ambiental urbano”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henri Acselrad - Orientador
Instituto de Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior
Instituto de Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Dr. Celso Bredariol
Instituto Estadual do Ambiente - RJ

Dedico este trabalho aos moradores do Paracuri.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização desta dissertação. A Geraldo, Lucas, Isabela e Maria Luísa. À família Demétrio Gaia. A meus amigos, especialmente Marcos Bittencourt (B12), Mônica Silva, Ingrid Souza e Juliano Ximenes. Aos professores da FAU/UFPA, Ana Cláudia e José Júlio. Ao CESUPA e aos funcionários e professores do IPPUR/ UFRJ. Aos moradores do Paracuri e aos assessores técnicos do Governo Edmilson Rodrigues na Prefeitura de Belém (1997-2004). De maneira especial ao meu querido orientador Henri Acselrad, um exemplo de vida e compromisso com os setores sociais que mais precisam do saber acadêmico.

RESUMO

Esta dissertação trata do discurso de dois grupos sociais – assessores técnicos do Governo municipal da Prefeitura de Belém do Pará e moradores do entorno do rio Paracuri, na mesma cidade - envolvidos na discussão de uma situação correntemente qualificada como “problema ambiental”, tendo como objetivo investigar as maneiras pelas quais tais grupos atribuem sentidos à temática da “sustentabilidade urbana”. A metodologia utilizada está fundamentada na análise de discurso, feita com base no exame de documentos impressos e em entrevistas abertas e semi-estruturadas concedidas por componentes de ambos os grupos estudados. Como resultado, percebe-se que a forma como cada qual evoca noções ligadas à “sustentabilidade urbana” na definição do que entendem por “problema ambiental” na cidade, as relações de causalidade que estabelecem, bem como as intervenções propostas ou esperadas, sejam urbanístico-ambientais, sejam sócio-econômicas, remetem ora à dimensão material do espaço urbano, ora a esquemas de justificação que assegurem a permanência no local, com melhoria nas condições de infraestrutura, principalmente de saneamento. Com a análise empreendida, conclui-se que predominam, entre os grupos, formas de abordagem correntes e acríicas presentes na discussão pública da questão da “sustentabilidade urbana”, embora alguns elementos discursivos apontem para a construção de uma leitura crítica da mesma questão.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Abordagens da sustentabilidade. Sustentabilidade urbana. Sustentabilidade e cidade. Discurso ambiental. Conflitos ambientais.

ABSTRACT

This dissertation is a research on the field of discourse analysis, approaching two different social groups in the North-Brazilian city of Belém, Pará: technicians of Belém's municipality and the people living in the surroundings of Belém's Paracuri river basin. Both were involved in a discussion about a specific urban socio-environmental configuration in the city. The goal is to research manners and means used by those groups to deal with the theme of "urban sustainability". The research method is based on discourse analysis, using official prints and open interviews with both groups members as main sources. As a result, we suggest that each group evokes different notions of "urban sustainability", varying among the materiality of the city and representative schemes, named "meaning attribution". This difference may be reckoned in the very "environmental problem" definition for each group, showing their expectations and intentions for the urban configuration. The analysis concludes that mainstream definitions and practices on "urban sustainability" are broadly dominant in this case, even though some discourse elements point out to a critical view of the issue.

Keywords: Urban planning. Sustainability approaches. Urban sustainability. Sustainability and the city. Environmental discourse. Environmental conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Mapa do Paracuri; pág.29.

Ilustração 2 – Mapa de Belém; pág.29.

Ilustração 3 – Fotografia das palafitas do Paracuri; pág.68.

Ilustração 4 – Fotografia dos pescadores do Paracuri; pág.68.

LISTA DE SIGLAS

AD - Análise de Discurso

ADC - Análise de Discurso Crítica

ADIC - Agência Distrital de Icoaraci

APP - Área de Preservação Permanente

BASA – Banco da Amazônia S.A.

BELEMTUR - Companhia de Turismo do Município de Belém

CC - Congresso da Cidade

CCP - Centro Comunitário do Paracuri

COSAPA - Conselho Superior de Artesãos no Pará

DAICO - Distrito Administrativo de Icoaraci

FUNPAPA – Fundação Papa João XXIII

PMBU - Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una

PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Proecotur - Programa Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo

SECTAM – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

SEFA – Secretaria de Estado de Fazenda

SEGEP – Sec. Mun. de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SIGs - Sistemas de Informação Georreferenciados

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

METODOLOGIA

1.0	CAPÍTULO 1: RELAÇÕES DE CAUSALIDADE E INTERAÇÕES URBANÍSTICO-AMBIENTAIS NO IMAGINÁRIO DOS ASSESSORES TÉCNICOS DO GOVERNO MUNICIPAL.....	26
1.1	PRESSUPOSTOS DA ABORDAGEM DA SUSTENTABILIDADE URBANA PELOS ASSESSORES TÉCNICOS DO GOVERNO MUNICIPAL.....	27
1.2	CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES DE CAUSALIDADE PELOS ASSESSORES TÉCNICOS DO GOVERNO MUNICIPAL.....	39
1.3	INTERVENÇÕES URBANÍSTICO-AMBIENTAIS PROPOSTAS PELOS ASSESSORES TÉCNICOS DO GOVERNO MUNICIPAL.....	46
2.0	CAPÍTULO 2: RELAÇÕES DE CAUSALIDADE E INTERVENÇÕES URBANÍSTICO-AMBIENTAIS NO IMAGINÁRIO DOS MORADORES.....	57
2.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES DE CAUSALIDADES PELOS MORADORES.....	57
2.2	INTERVENÇÕES URBANÍSTICO-AMBIENTAIS NO IMAGINÁRIO DOS MORADORES.....	70
3.0	CAPÍTULO 3: ENTRE O SENSO COMUM INFORMADO AMBIENTALIZADO E AS VIRTUOSIDADES DO AMBIENTALISMO.....	84
3.1	ASSESSORES TÉCNICOS DO GOVERNO MUNICIPAL - ENTRE O “PENSAMENTO ÚNICO URBANO” E “UMA OUTRA CIDADE POSSÍVEL”....	84
3.2	MORADORES - ENTRE USAR E PRESERVAR.....	93
3.3	GRUPOS SOCIAIS E DISTINTAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO REAL E SIMBÓLICA.....	100

CONCLUSÃO.....	108
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXO A – LISTA DOS ENTREVISTADOS.....	121

APRESENTAÇÃO

Após a emergência da chamada “questão ambiental” e seu espraiamento para o campo das questões urbanas, assistimos ao surgimento de uma crescente tendência, por parte dos diferentes grupos sociais atuantes na escala local, a construir discursos legitimadores de suas intencionalidades e propostas de intervenção “urbanístico-ambiental” sobre o espaço das cidades. Apóiam-se para tanto em esquemas de justificação remissivos ao discurso ambiental corrente, evocando noções como “meio ambiente” e “sustentabilidade”. Este processo, como veremos, pode ser verificado igualmente na cidade de Belém.

A cidade de Belém é entrecortada por inúmeros rios, cujas áreas de várzea – as chamadas baixadas - são ocupadas por populações de baixa renda. As intervenções nestas baixadas sempre renderam longos debates, inclusive no decorrer das duas gestões do Prefeito Edmilson Rodrigues, entre os anos de 1997 e 2004, alimentados, neste último período, principalmente pelas críticas que se faziam em relação ao modelo de intervenção até então praticado pelas obras do Programa de Macrodrenagem de Belém, baseado nas soluções de canais retificados de concreto, asfaltamento e a conseqüente liberação destas áreas para o mercado imobiliário via remoções das populações de baixa renda.

A escolha de estudar o processo de construção social de um “problema ambiental urbano”, através da análise da interdiscursividade entre assessores técnicos desta gestão Edmilson Rodrigues e moradores do Paracuri, decorre da observação e constatação de cinco elementos constitutivos da natureza desta gestão que interagem entre si.

O primeiro elemento constitutivo refere-se ao esforço, expressamente manifestado pela gestão, de contraposição ao projeto liberal de cidade e de sociedade, reconhecido como dominante e fundado sobre bases de

desigualdade e acumulação de diversos tipos de capital componentes do capital global, o qual habilita os agentes sociais a alterarem - mantendo ou transformando – a configuração da correlação de forças em disputa na sociedade.

O segundo elemento constitutivo do Governo refere-se à preocupação, sempre presente em documentos, eventos e reuniões do governo, de construir um projeto alternativo de cidade, de inspiração auto-declarada socialista, inscrita no chamado “campo democrático-popular”. O terceiro elemento refere-se à valorização, por esta gestão, da disputa entre práticas discursivas, vistas como importantes e constitutivas de outros momentos das práticas sociais.

O quarto elemento refere-se à busca pelo alargamento das bases de legitimidade do governo e do projeto de sociedade que o inspira e por “ganhar corações e mentes” para tal projeto, através da inclusão de setores populares na esfera da política, via participação nas decisões e apoiada numa política de qualificação de lideranças voltada a elevar sua capacidade crítica e propositiva no sentido de contraposição ao projeto hegemônico.

O quinto elemento refere-se à apropriação do arcabouço discursivo alusivo à “questão ambiental”, com o intuito de contribuir para a construção de discursos e práticas capazes de, ao mesmo tempo, legitimar práticas redistribuidoras do acesso ao direito à cidade, e se contrapor às práticas liberais que se apropriam do discurso ambiental para produzir mais-valia urbana e fundiária e para elevar a lucratividade do ramo da incorporação imobiliária (além do interesse não central de lançar mão de tais discursos para facilitar a obtenção de recursos junto a fontes de financiamento).

A questão ambiental passou a ser incorporada ao rol de elementos discursivos relativos às baixadas de Belém, seguindo uma tendência de esverdeamento das políticas urbanas. O caso do Paracuri inscreve-se nesta

tendência, onde podemos observar a manifestação das abordagens mais correntes do “ambientalismo”, num processo de construção social dos “problemas ambientais”, onde se trava uma disputa entre distintos projetos de apropriação e uso do território e seus recursos.

O Paracuri é uma das áreas de baixada ocupadas por palafitas. Esteve muitas vezes pautado entre as demandas do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) para o Congresso da Cidade (CC) – modelo de orçamento participativo criado pela gestão 2001/ 2004, do Prefeito Edmilson Rodrigues - tendo sido contemplado com o Programa de Valorização do Artesanato, o qual incluía ações de infraestrutura (asfalto, drenagem), sinalização turística, articuladas a uma política de acesso a micro-crédito, via “Banco do Povo”, que foi executado pela Companhia de Turismo do Município de Belém – BELEMTUR, em parceria com outros órgãos municipais. O Paracuri também fazia parte da agenda do Programa Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo - Proecotur, executado pela Prefeitura.

O Paracuri foi objeto de estudo de duas teses de doutorado em Belém. Uma tratou das doenças de veiculação hídrica às quais estão expostas as comunidades desta área¹, e uma segunda dedicou-se a fazer relações entre a aplicação dos princípios do desenho urbano e as perspectivas de vida destas comunidades, em termos de acesso à renda e à qualidade de vida².

¹ RIBEIRO, Karla Tereza. Qualidade sanitária da água e saúde humana em áreas de influências de duas bacias hidrográficas de Belém – Pará. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – NAEA/UFGA. Belém, 2002.

² Preocupa-se com a investigação morfológica em contexto de informalidade e pobreza, situando-se entre os campos da pesquisa marxista a-espaciais e das teorias de embelezamento e saneamento, muitas vezes construídas de forma desvinculadas das causas estruturantes dos problemas urbanos. Esta tese foi revista e publicada através de um livro lançado pela Editora da UFGA. c.f. CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém. EDUFGA. Belém: 2007, p.17-19.

Também foi objeto de uma dissertação de mestrado³ que se concentrou na identificação das necessidades de intervenção por parte do poder público apontadas pelos moradores, bem como na consideração das implicações de possíveis opções a serem tomadas por este poder sobre a manutenção ou quebra nos laços de sociabilidade ali vivenciados cotidianamente e sobre o acesso a serviços e a alternativas de trabalho por estes moradores.

Uma análise interessante sobre uma experiência de intervenção em uma outra área de baixada semelhante em Belém é a dissertação de mestrado⁴, que estudou a repercussão do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (PMBU) e de sua metodologia participativa sobre o processo de mobilização e luta de atores sociais engajados na causa do direito à cidade. No referido trabalho, o enfoque foi a compreensão de como se configurou a participação popular na arena institucionalizada, tanto no que se refere à gestão da política urbana como no que se refere à gestão da política urbana como no que se refere ao impacto causado pelo projeto e sua proposta de participação nos movimentos sociais atuantes na bacia do una, buscando verificar como esses processos participativos contribuíram para que o PMBU alcançasse os objetivos de melhoria das condições de vida das populações de baixa renda aí residentes.

Na dissertação acima referida, a autora mostra as maneiras pelas quais a luta por melhores condições de habitabilidade contribuiu para a constituição de novos sujeitos coletivos, através do processo pedagógico de articulação de forças populares diversas em torno de interesses, em meio a contextos de cooperação e conflito.

³ ABRAHÃO, Omar Numa. Possibilidades de intervenção e de desenvolvimento urbanos em área de assentamento espontâneo no contexto metropolitano de Belém: o caso do Paracuri 3. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). NAEA/UFPA, Belém, 2008.

⁴ SOUSA, Norma Maria Bentes de. Participação popular: reflexões sobre o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una – Belém/PA. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ/ IPPUR, Rio de Janeiro, 1998.

Em nosso trabalho, por sua vez, analisamos a interdiscursividade entre aspirações populares de moradores do Paracuri e o ideário que alimentou o imaginário do governo municipal na discussão do ambiental urbano, no contexto de uma gestão de caráter democrático e popular, enfocando o processo de construção social de um “problema ambiental urbano”, num outro contexto de leitura do “problema da insalubridade das baixadas”, agora ressignificado tanto por moradores quanto pelo governo municipal, pela vigência do discurso ambiental nas pautas das políticas urbanas.

Nossa escolha de analisar o Paracuri fundamenta-se na constatação de ali interagirem fatores ligados à moradia de classes de baixa renda, evidenciadoras de injustiças sociais, e questões relativas à exposição destas classes a situações de precariedade, insegurança e risco “ambientais”, evidenciadoras de “injustiças ambientais”.

Nossa investigação parte da preocupação com o objetivismo com o qual são tratadas correntemente as questões inscritas no campo ambiental urbano. Percebemos a tendência de cientifização de tais questões, partindo do pressuposto de que noções como “meio ambiente” e “sustentabilidade” podem ter suas significações abstraídas diretamente do próprio meio material, desconsiderando-se, desta forma, o processo de construção social do qual estas noções são resultantes.

INTRODUÇÃO

Nossa compreensão a respeito da “questão ambiental urbana” parte de uma perspectiva crítica do padrão prevalecente de distribuição do poder sobre os sistemas de produção e apropriação sociais do espaço urbano, compreendendo o quadro do que se entende por “injustiça ambiental” presente nas cidades, como resultante de uma lógica social que penaliza as classes de baixa renda segregando-as sócio-espacialmente e as afastando para porções do território urbano menos valorizadas e inseguras.

Nesta dissertação objetivamos a análise das práticas discursivas de dois grupos sociais envolvidos na discussão de uma situação comumente compreendida como portadora de “problemas ambientais urbanos”, encontrada na bacia do Paracuri, no município de Belém do Pará: o primeiro grupo, constituído por assessores do governo municipal envolvidos nas “questões ambientais” do Paracuri, e o segundo grupo constituído por moradores das áreas selecionadas para este estudo.

Pretendemos com tal análise, identificar, nas maneiras pelas quais esses grupos sociais evocam noções ligadas à “questão ambiental urbana”, elementos discursivos evidenciadores de suas formas de construção de tal questão, com o objetivo de verificar a eventual aproximação destes elementos discursivos com abordagens próprias ao chamado “pensamento único urbano”, que privilegia a apropriação utilitária da cidade para fins de competição interurbana, ou, alternativamente, com outras abordagens mais afetas à noção de “justiça ambiental”, as quais visam a construção de estratégias voltadas à democratização do “capital material” das cidades – seus recursos ambientais e territoriais.

Para procedermos à investigação proposta, partimos de uma posição analítica inscrita no campo das ciências sociais críticas, pretendendo contribuir para o desvelamento das distintas lógicas orientadoras das práticas discursivas mais correntes relativas ao que entendemos ser o “campo ambiental urbano”, no sentido de Bourdieu. Ao mesmo tempo, pretendemos lançar luzes sobre as possibilidades de constituição de um quadro analítico capaz de fundamentar a atuação daqueles que compreendem o “ambiente das cidades” como bem coletivo - e, como tal, objeto de disputa política -, no sentido da construção de práticas democratizantes de apropriação do espaço urbano e seus recursos.

Consideraremos aqui que, ao contrário de serem objetivações dadas por indicadores técnicos do território, as noções de “meio ambiente” e “sustentabilidade” aplicadas à cidade são resultantes de disputas discursivas e práticas entre distintos grupos sociais pelo reconhecimento da legitimidade de seus respectivos projetos de apropriação real e simbólica do espaço urbano.

Nesta dissertação não nos propomos a avaliar a viabilidade ou pertinência de possibilidades de intervenções urbanístico-ambientais propostas ou imaginadas pelos grupos sociais para o Paracuri. Estas últimas foram tomadas apenas como base para estudar os discursos relativos à temática ambiental urbana que permeia o imaginário de tais grupos.

Pretendemos, com tal análise, suscitar uma postura reflexiva por parte dos pesquisadores, planejadores urbanos e urbanistas a respeito do processo de construção social a que estão submetidas as práticas espaciais e seus discursos legitimadores, através do qual confrontam-se distintos projetos de apropriação real e simbólica do espaço urbano.

Apresentamos a dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, analisaremos os discursos de cunho analítico e propositivo presentes em

documentos do Governo e na fala dos assessores técnicos, procurando identificar, respectivamente, as relações de causalidade construídas nos discursos que pretendem explicar a origem dos “problemas ambientais” do Paracuri, e as intervenções imaginadas como sendo adequadas ao enfrentamento de tais problemas. No segundo capítulo, faremos esse mesmo esforço analítico tomando, desta vez, os discursos dos moradores do principal corredor da produção artesanal do Paracuri – rua Soledade - e dos moradores das ocupações recentes da Arthur Bernardes. No terceiro capítulo, retomaremos os principais elementos discursivos identificados como evidenciadores da forma de abordagem da questão ambiental presente, respectivamente, nos discursos dos dois grupos sociais.

Na conclusão recuperaremos os principais elementos discursivos encontrados nos construtos dos grupos estudados, visando identificar sua aproximação a abordagens próximas ao ideário do “pensamento único urbano”, bem como com aquelas abordagens que mais se aproximam de um projeto alternativo de construção de “uma outra cidade possível”, que se aproximariam de abordagens do campo ambiental urbano que consideram relevante a noção de “justiça ambiental” e suas implicações analítico-críticas sobre o pensar e o agir ambiental urbano.

METODOLOGIA

Para esta análise escolhemos a pesquisa qualitativa, apoiada em textos obtidos em entrevistas, na análise de documentos impressos do governo municipal, bem como em artigos de jornal que tinham como tema “questões ambientais” do Paracuri.

As entrevistas foram obtidas junto a dois grupos: o primeiro constituído por assessores técnicos do governo municipal, que não fazem parte do quadro estável da Prefeitura, tendo sido designados para assumir cargos de confiança em pelo menos uma das gestões de Edmilson Rodrigues (1997-2000 e 2001-2004).

O segundo grupo constituído de moradores do Paracuri, sendo escolhidos, para fins desta análise, apenas aqueles afetados mais diretamente com os “problemas ambientais” correntemente entendidos como tal, subdivididos em três subgrupos: 1) indivíduos ligados à produção artesanal que moram na rua Soledade e entorno (principal corredor de produção e venda do artesanato cerâmico); 2) lideranças locais e 3) moradores de duas áreas de ocupação, Parque Guará e Central Park, situadas às margens da rodovia Arthur Bernardes e localizadas próximas às margens dos rios Paracuri e Livramento (ou Uxi, como é chamado pelos moradores).

No que tange às entrevistas com os assessores técnicos do governo municipal, foram entrevistados todos aqueles reconhecidos e apontados, nos dois órgãos diretamente envolvidos na discussão do “problema ambiental” do Paracuri, como sendo detentores de autoridade para abordar o tema. A entrevista com dois dos assessores técnicos foi mediada, via telefone, a pedido dos mesmos, em função de suas agendas de difícil previsão. Assim, no total, foram entrevistados 04 (quatro)

assessores técnicos do governo municipal com atuação relativa à questão ambiental do Paracuri.

No que se refere ao grupo dos moradores, para a escolha dos indivíduos a serem entrevistados, optamos por contato inicial em conversa informal com um técnico do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) e com um delegado do Congresso da Cidade (CC) atuante no Paracuri, solicitando aos mesmos a indicação de nomes de pessoas reconhecidas por seu acúmulo com relação ao histórico de ocupação da área que pudessem abordar o tema da “questão ambiental” do Paracuri.

Procedemos as entrevistas com os indicados, e ao final de cada entrevista, solicitamos a indicação de outros nomes, e assim por diante, até que os nomes indicados começassem a se repetir. Observamos que parte dos indicados estava de alguma forma ligada à produção artesanal, seja na condição de barreirense, produtor, comerciante ou liderança atuante em alguma entidade voltada ao desenvolvimento do artesanato.

Durante a análise dos resultados obtidos nas entrevistas com os moradores da rua Soledade e entorno, foi possível perceber uma diferenciação entre lideranças de entidades populares e moradores, geralmente ligados ao setor artesanal, que não exerciam o papel de lideranças, no que se refere ao nível de aproximação em relação ao conteúdo do discursivo do governo municipal em relação à questão ambiental. Isto nos motivou a tratar as lideranças locais em um subgrupo específico. Assim, foram entrevistadas 04 (quatro) lideranças locais e 04 (quatro) moradores da rua Soledade e entorno.

Observamos, ainda, que não houve indicação de nomes de indivíduos residentes nas áreas de ocupação da Arthur Bernardes, o que nos levou a provocar a indicação de indivíduos também destas áreas, mas nos responderam

que não conheciam alguém que pudesse ser apontado para abordar questões ambientais nestas áreas, por ser de baixa mobilização social, sem interação com o movimento popular ligado ao artesanato e sem interação com os assessores técnicos do governo municipal.

Em função disto, fomos diretamente contactar os moradores das ocupações da Arthur Bernardes, solicitando a indicação de indivíduos com o mesmo perfil delineado para os entrevistados da área da Soledade e entorno. Assim, para cada uma das ruas principais das ocupações da Arthur Bernardes, obtivemos o nome de uma pessoa tida como sendo a mais apta a responder às questões relativas ao assunto, geralmente por residir há muito tempo na área. Deste subgrupo foram entrevistados 04 (quatro) indivíduos. Assim, no total foram entrevistados 12 (doze) moradores das áreas selecionadas do Paracuri e 04 (quatro) assessores técnicos do governo.

Quanto ao perfil dos entrevistados, os assessores técnicos do governo reconhecidos como portadores de autoridade para falar a respeito da questão ambiental do Paracuri, eram todos ocupantes de cargo em comissão, não-estáveis, indicados por seus conhecimentos técnicos ou por sua afinidade política com o projeto de cidade defendido pelo governo.

As lideranças que moram no principal corredor do artesanato eram reconhecidas por sua longa história de atenção em prol do atendimento das demandas do bairro e do setor de produção artesanal. Portanto, tinham uma vivência maior de atuação no movimento popular e em processos de interação com instâncias governamentais.

Mantinham relação de diálogo relativamente freqüente, tanto com delegados do Congresso da Cidade (CC) – um dos entrevistados deste grupo era liderança local eleita como delegado do CC -, quanto com assessores técnicos do

governo municipal, especialmente aqueles que atuavam na Agência Distrital de Icoaraci (ADIC), órgão de representação distrital do governo municipal no Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO). Os demais moradores da rua Soledade e entorno, que não desempenhavam o papel de lideranças, mas foram apontados como conhecedores da área por serem antigos moradores, tinham uma interação moderada com o movimento popular e baixa com o governo municipal.

Quanto aos entrevistados das áreas de ocupação da Arthur Bernardes, não tinham atuação no movimento popular, nem diálogo com os delegados do CC e com os assessores técnicos do governo municipal, vivendo num espaço social da estrutura caracterizado por baixíssimos níveis de renda e de escolaridade, além de precário acesso a bens e serviços públicos, e em sítios mais expostos às condições de precariedade do *habitat*.

Ao longo do trabalho de campo, utilizamos dois tipos de entrevistas: aberta e semi-estruturada. A entrevista semi-estruturada foi utilizada para a abordagem dos assessores técnicos do governo municipal, dos moradores e produtores artesanais e das lideranças da Rua Soledade e entorno, que se sentiram à vontade com a metodologia, até por serem constantes estas entrevistas em pesquisas de diversos enfoques relativas ao Paracuri.

Esta mesma metodologia foi testada com moradores das áreas de ocupação da Arthur Bernardes, no entanto, observamos uma certa resistência, receio ou desconfiança por parte dos moradores para responder às questões, em função de se sentirem sempre ameaçados de serem retirados das áreas ocupadas, por se tratar de uma Área de Preservação Permanente (APP).

Além disso, percebemos uma dificuldade por parte destes moradores de compreender as questões colocadas e de elaborar e articular respostas a partir das quais pudéssemos dispor do material necessário para

proceder à análise. Assim, para este subgrupo recorreremos à entrevista aberta, ainda que buscando aproximar as questões colocadas daquelas utilizadas para os demais grupos, pois constatamos que desta forma o diálogo fluía com mais facilidade, sendo mais produtivo para alcançar os objetivos da pesquisa.

Quanto à metodologia de análise, esta dissertação apóia-se em teóricos tanto da chamada Análise de Discurso Crítica (ADC)¹, de influência inglesa, quanto da Análise de Discurso (AD)², de influência francesa, que se ocupam do estudo do discurso como parte de um conjunto de práticas sociais, o qual pode ser compreendido como modo de ação historicamente referenciado, tomando em conta que, se por um lado, as estruturas organizam a produção do discurso, por outro lado, cada enunciado novo é um modo de ação sobre estas mesmas estruturas, podendo nela interferir tanto para a manutenção quanto para a transformação de maneiras de ação.

Para a ADC “diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas”. Neste modo de análise, os discursos contidos em textos falados ou

¹ A ADC incorpora importantes discussões Foucaultianas, sobretudo o aspecto constitutivo do discurso, a interdependência das práticas discursivas, a natureza discursiva do poder, a natureza política do discurso e a natureza discursiva da mudança social. A Teoria Social do Discurso construída por Fairclough trabalhava, inicialmente, com três dimensões passíveis de serem analisadas - texto, prática discursiva e prática social - ainda que estas dimensões pudessem estar dispersas na análise, dando um privilegiamento à dimensão da prática social. Numa segunda fase, passou a trabalhar também com o chamado “enquadre”, que sugere cinco passos para proceder à análise de discurso crítica: 1) Percepção de um problema; 2) Identificação de obstáculos para que o problema seja superado; 3) A função do problema na prática; 4) Identificação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos; 5) Reflexão sobre a análise feita. A ADC pode incluir também categorias analíticas relativas aos modos de operação da ideologia, segundo os estudos de Thompson (1995: p.81-89), e, ainda, categorias aplicadas à lingüística. cf. Viviane Ramalho e Viviane Resende, Análise de Discurso Crítica, 2006, p.25-26.

² As duas grandes vertentes que vão influenciar a corrente francesa da análise do discurso (AD) são, do lado da ideologia os conceitos de Altusser e, do lado do discurso, as idéias de Foucault. É sob a influência do trabalho destes teóricos que Pêcheux, um dos principais teóricos da AD, elabora os seus conceitos. De Altusser, a influência mais direta se faz a partir de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos do Estado na conceituação do termo “formação ideológica”. E será da “Arqueologia do saber”, de Foucault, que Pêcheux, extrairá a expressão “formação discursiva”, da qual a AD se apropriará, submetendo-a a um trabalho específico. cf. Helena Brandão, Introdução à análise do discurso, 2004, p.18).

escritos não são tidos como se representassem o mundo “concreto”, mas projetam, externalizam, possibilidades e intencionalidades diversas em relação ao “real”, expressando projetos de mudança do mundo de acordo com variados projetos³.

O aspecto constitutivo do discurso é uma herança importante de Foucault para a construção do quadro analítico da ADC, assim como também o são a interdependência das práticas discursivas, a natureza discursiva do poder, a natureza política do discurso e a natureza discursiva da mudança social. Segundo os princípios da ADC, a desconstrução ideológica de textos que integram práticas discursivas pode intervir tanto na estrutura, quanto nos acontecimentos da sociedade, revelando formas diversas de dominação⁴.

As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos de formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas⁵. Através da análise de discurso é possível compreender como os sentidos – e os sujeitos – nele se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação. É a isso que referimos quando dizemos que na análise de discurso se trabalha com os processos de constituição dos sujeitos e dos sentidos⁶.

Brandão (2004)⁷ retoma Barthes que, ao definir a tarefa da ideologia, ressalta a relevância do caráter ideológico do signo. Para ele, a ideologia deve ser buscada não apenas nos temas nos quais tem sido correntemente identificada, mas nas formas, isto é, no funcionamento significante da linguagem, que é o lugar onde a ideologia se materializa. Uma das missões da semiologia enquanto disciplina ou discurso sobre o sentido, é precisamente fornecer um quadro analítico que permita captar a ideologia nas formas, onde ela costuma ser menos procurada.

³ cf. Norman Fairclough (2003) *apud* Viviane Ramalho e Viviane Resende, Análise de Discurso Crítica, 2006, p.70.

⁴ cf. Viviane Ramalho e Viviane Resende, Análise de Discurso Crítica, 2006, p.22.

⁵ cf. Eni Orlandi, Análise de Discurso: princípios e procedimentos, 2005, p.80.

⁶ cf. *Ibid*, p.91.

⁷ cf. Helena Brandão, Introdução à análise do discurso, 2004, p.10.

Brandão (2004)⁸ retoma, ainda, Benveniste e sua concepção que sublinha o papel do sujeito falante no processo de enunciação e se preocupa em esclarecer o modo como acontece a inscrição do sujeito nos enunciados que ele produz. Ao abordar o tema da ‘posição’ do locutor este autor traz à tona a relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo. Será justamente esta relação o centro das reflexões da AD, para a qual a compreensão da posição sócio-histórica dos enunciadores é fundamental.

Quanto à importância do estudo da ideologia, as concepções a seu respeito transitam entre dois extremos: de um lado, uma visão de ideologia ligada ao marxismo, entendida como mecanismo que leva ao escamoteamento da realidade, velando contradições. Para esta corrente de entendimento há *um* discurso ideológico, que se utiliza de manobras para legitimar o poder de uma classe ou grupo social⁹.

De outro lado, uma noção mais ampla de ideologia que é entendida como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social num determinado contexto histórico. Isso faz com que haja uma compreensão dos fenômenos linguagem e ideologia enquanto noções vinculadas, uma vez que a primeira é uma das instâncias mais significativas em que a segunda se manifesta. Segundo esta visão, não há *um* discurso ideológico, mas *todos* o são. Nesta concepção, deixa-se de lado a idéia de ideologia como “falsa consciência” ou dissimulação, mascaramento, e passa-se a compreender a ideologia como algo inerente ao signo em geral¹⁰.

⁸ cf. Helena Brandão, Introdução à análise do discurso, 2004, p. 14.

⁹ cf. *Ibid*, p.30.

¹⁰ cf. *Ibid*, p.30.

CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES DE CAUSALIDADE E INTERVENÇÕES URBANÍSTICO-AMBIENTAIS SEGUNDO O IMAGINÁRIO DOS ASSESSORES TÉCNICOS DO GOVERNO MUNICIPAL.

Ao tomarmos, para fins de análise, das práticas discursivas relativas à questão ambiental urbana – ou na nomenclatura dada pela gestão municipal que nos interessa, às políticas do “Eixo Urbanístico e Ambiental” – os discursos elaborados por alguns assessores técnicos de perfil político atuantes em questões ligadas ao Paracuri, temos em mente a intencionalidade do governo de resgatar a eventual presença da esfera da política, e “qualificar” o debate a respeito do amplo espectro das políticas públicas como instrumento fundamental de construção coletiva de um projeto de exercício democrático do poder.

Neste primeiro capítulo, iremos resgatar alguns fragmentos de textos contidos em documentos impressos produzidos pelo governo, bem como trechos das entrevistas semi-estruturadas concedidas por assessores técnicos de perfil político, a fim de identificar elementos discursivos de cunho explicativo e propositivo, que elucidam os princípios norteadores da compreensão da atuação do governo com relação à temática ambiental urbana e com relação aos discursos sobre “sustentabilidade urbana”, que pretendam representá-la tanto numa dimensão material, quanto na dimensão simbólica da cidade.

O objetivo deste capítulo é identificar, na maneira pelas quais são evocadas noções ligadas à “questão ambiental”, elementos discursivos que evidenciem a forma de abordagem da temática ambiental sobre a qual se fundamentam as referidas práticas do governo.

Os documentos escritos e/ou as entrevistas semi-estruturadas foram obtidos junto a três órgãos municipais envolvidos mais diretamente com a questão

socioambiental do Paracuri, a saber: a Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), através do Parque Zoobotânico Rodrigues Alves, e a Agência Distrital de Icoaraci (ADIC).

A SEGEP, na gestão em causa, reunia quadros técnicos que de modo mais ou menos evidente tinham a incumbência de “dar a linha”, no sentido de garantir a coesão das práticas relativas ao governo municipal, principalmente através da produção de documentos e de eventos promovidos no âmbito do Congresso da Cidade (CC).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) era responsável pelos assuntos afetos propriamente à “gestão ambiental” do município. A unidade responsável pelas áreas ambientalmente frágeis, entre elas o Paracuri, estava situada no Parque Zoobotânico.

A Agência Distrital de Icoaraci (ADIC), era responsável pela interlocução entre o Distrito de Icoaraci e os demais órgãos da esfera municipal. As secretarias estaduais afirmavam não desenvolver ações na área, a qual estaria sob responsabilidade da Prefeitura.

1.1 PRESSUPOSTOS DA ABORDAGEM DA “SUSTENTABILIDADE URBANA” PELOS ASSESSORES TÉCNICOS DO GOVERNO MUNICIPAL

Nos discursos presentes em documentos e falas obtidas em entrevistas semi-estruturadas, estava presente, entre os assessores técnicos do governo municipal, a percepção de que, entre os problemas urbanos, são qualificáveis como “ambientais” as ocupações em áreas de várzea – as chamadas baixadas (favelas) de Belém – em função da “degradação ambiental” perceptível na destruição das matas ciliares, bem como a supressão de vegetação no entorno dos

cursos d'água, a poluição das águas e seus efeitos sobre os já escassos recursos pesqueiros e sobre as condições sanitárias que expõem seus habitantes às doenças de veiculação hídrica, a diminuição do estoque de grandes áreas de mata no perímetro municipal e seus efeitos de perda de recursos paisagísticos e elevação da temperatura no micro-clima urbano.

Estava presente também uma concepção de problema ambiental construída a partir das condições geológicas dessas áreas, que não estariam “vocacionadas” à habitação, sendo sua ocupação uma forma inadequada de apropriação, sendo vista, muitas vezes, mais como decorrência do desconhecimento e da falta de “consciência ambiental”, do que como consequência da falta de acesso à moradia digna para as populações de baixa renda.

O recurso ao discurso ambiental, através do acionamento de noções como “sustentabilidade”, presentes em documentos e nas falas de alguns assessores técnicos do governo, se aproxima de formas correntes de apropriação do debate ambiental, adaptando-se a uma tentativa de lhes dar outros significados, que sejam coerentes com um projeto de cidade capaz de se contrapor, no campo simbólico e no campo das práticas, ao projeto entendido como neoliberal de cidade, do qual pretende questionar o padrão de relações socioespaciais urbanas fundamentado sobre a lógica mercantil.

As áreas de várzea do Paracuri, se tornaram um dos poucos espaços sobrantes na zona de expansão da cidade, não interessante ao mercado imobiliário. Mas justamente por estas características de ter a presença de igarapés e matas - dos quais é possível a obtenção de alimentos - bem como sua ligação física à orla do Rio Guajará e sua proximidade com o Distrito de Icoaraci, que dispõe de postos de trabalho de baixa qualificação, esta área de várzea acabou atraindo migrantes do interior do Estado - em busca de oportunidades de trabalho - e egressos de outros bairros de Belém – fugidos dos aluguéis e da violência. Abaixo, a localização da área de estudo em relação ao bairro do Paracuri e à cidade.

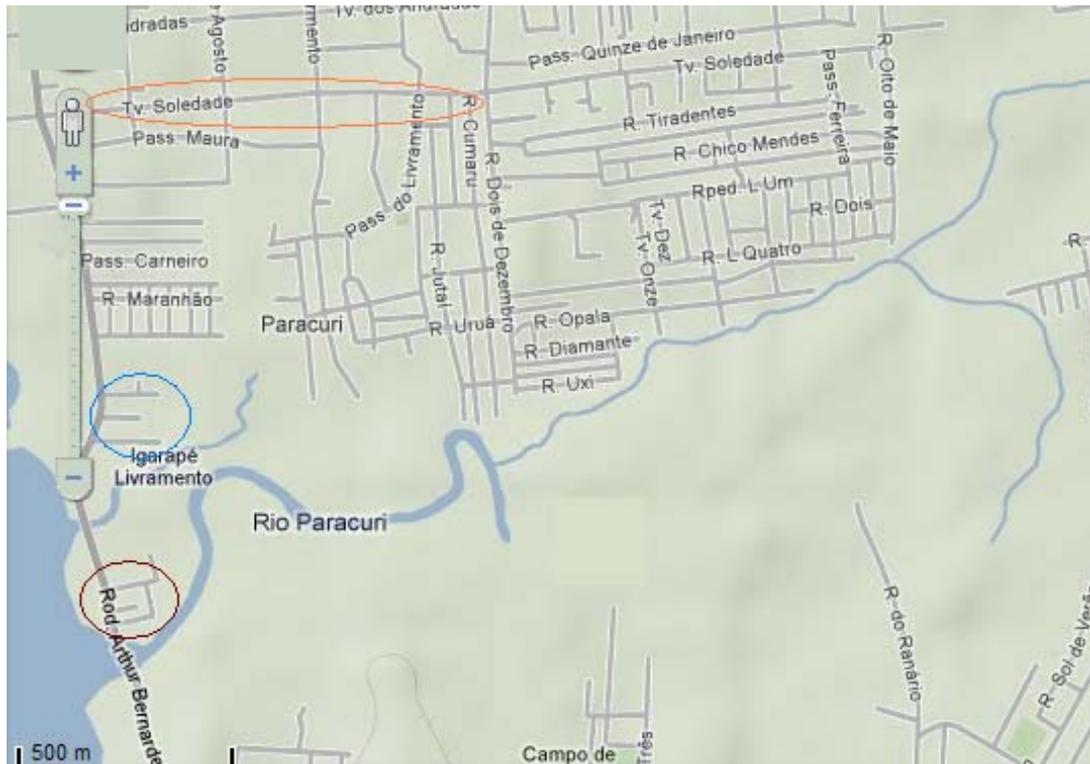


Ilustração 1 - Mapa do Paracuri: abrangendo as áreas estudadas: Linha laranja – Trav. Soledade; linha azul – Parque Guará e linha vermelha – Central Park.

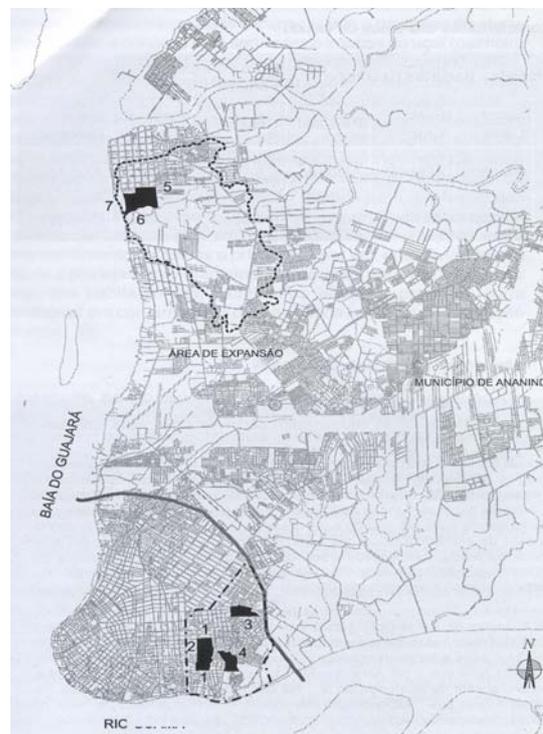


Ilustração 2 – Mapa de Belém: duas áreas de baixada estudadas pelo governo municipal para fins de intervenção. Ao sul, o Tucunduba e ao norte, o Paracuri. Fonte:Cardoso (2007, p.88).

A remissão à temática ambiental é um recurso discursivo muito freqüentemente acionado nos fóruns de discussão, documentos, palestras e nas falas de integrantes dos quadros políticos e técnicos do governo municipal. Na estrutura do Congresso da Cidade (CC), dinâmica organizativa acima mencionada, por exemplo, um dos eixos temáticos em torno dos quais se articulavam as políticas públicas, recebeu o nome de “Urbanístico e Ambiental”, abarcando questões relativas ao uso e ocupação do espaço urbano, à “qualidade ambiental urbana” e à construção da “sustentabilidade urbana”.

No texto abaixo reproduzido, por exemplo, percebemos um conteúdo discursivo que se aproxima de uma significação da noção de sustentabilidade subordinada ao ideário do desenvolvimento, segundo uma versão que se pretende integradora de “fatores sociais, econômicos e culturais”. Este seria viabilizado pela potencialização dos recursos disponíveis, não apenas aqueles mais correntemente qualificados como tais, econômicos e humanos, como também os “paisagísticos” e “ambientais”.

Isto significa promover o desenvolvimento da cidade de forma pluralista, que não se desassocia da participação e do controle social, potencializando seus recursos econômicos, humanos, paisagísticos e ambientais, não só para o uso e fruição das gerações presentes, como também para que as gerações futuras possam ratificar e ampliar a apropriação que hoje se está conquistando” [...] “uma estratégia assentada na concepção de desenvolvimento sustentável, em que se planeja a cidade e seus usos em conjunto com os que nela moram, integrando assim os fatores sociais, econômicos e culturais presentes¹.

Vemos também no enunciado acima, um esforço de diferenciação discursiva em relação a projetos de cidade inscritos nas estratégias convergentes com o “pensamento único urbano”, na ênfase que é dada a alguns dos princípios sobre os quais se fundamentam o modelo de gestão, tais como “pluralismo”, “participação” e “controle social”.

¹ cf. Prefeitura Municipal de Belém, Mensagem do Prefeito de Belém à Câmara Municipal e Relatório de Atividades da PMB em 2002, 2003a, p. 47.

O modo pelo qual os discursos presentes em documentos e nas falas de alguns assessores técnicos do governo aludem à noção de sustentabilidade, muitas vezes parece querer emprestar a esta noção um significado que pressupõe princípios como a democratização do processo de tomada de decisão como forma de se contrapor aos modelos de gestão fundamentados na orientação tecnocrática convencional, que prescindem, ou mesmo, propositadamente, evitam ou impedem a maior participação social nos processos decisórios.

A forma textual remete ao Relatório Brundtland em sua definição do que seria “desenvolvimento sustentável”, ao reportar uma relação intergeracional, quando enfatiza a intencionalidade de potencializar “recursos”, inclusive “paisagísticos e ambientais” da cidade, tanto para uso e fruição das gerações presentes, quanto pelas futuras.

A noção de sustentabilidade aparece também associada à categoria patrimônio, na “perspectiva de fazer durar a existência simbólica de sítios construídos ou sítios naturais significados”² na alusão de que os “recursos paisagísticos e ambientais” devam estar disponíveis para fruição de gerações presentes e futuras.

Ao mencionar a relação intergeracional, são freqüentemente citadas tanto as fórmulas participativas que o governo incorporou aos processos decisórios, quanto a potencialização de diversos “recursos” para benefício “de todos”, tanto gerações presentes, quanto futuras. O sentido de sustentabilidade, enquanto durabilidade ou permanência de atributos presentes em processos urbanos, refere-se aqui às fórmulas participativas e à fruição por “todos” dos benefícios decorrentes da potencialização dos recursos. Esta referência à relação intergeracional se aproxima de uma forma consensualista de abordagem da questão ambiental, onde

² cf. Henri Acselrad, “Sentidos da sustentabilidade urbana” in A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas, 2001, p. 44.

as “gerações presentes” são colocadas como se constituíssem um “todo” homogêneo, independentemente dos recortes de classe social.

As formulações alusivas à justiça intergeracional, não se sustentam legitimamente, dada a ausência de sujeitos a falar pelos que nasceram, a não ser que esta seja compreendida como necessariamente ligada à questão da injustiça intrageracional.³ A alusão à relação intergeracional, tal como colocada no Relatório Brundtland, não considera, por sua vez, a inseparabilidade analítica entre justiça e ecologia. No campo ambiental urbano, a desigualdade de distribuição do poder sobre os mecanismos definidores das formas de produção e apropriação do espaço urbano é resultante de uma lógica social geradora tanto da injustiça social quanto da “injustiça ambiental”⁴.

Para Bourdieu (1996)⁵, a noção de espaço social, compreendendo um conjunto de posições distintas e coexistentes, tem como um de seus fundamentos a idéia de diferença, separação. Desta perspectiva, entendemos que as tentativas de construção de consensos em torno a projetos de “cidade sustentável” são pouco consistentes quando partem da consideração de que a realidade sócio-histórica estaria constituída sobre um “todo” não contraditório, e que seria possível a construção de projetos de cidade capazes de atender aos interesses

³ cf. Henri Acselrad, “Sentidos da sustentabilidade urbana” in A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas, 2001, p. 35.

⁴ A partir de formulação de movimentos sociais críticos, pode-se definir a noção de justiça ambiental como o conjunto de princípios e práticas que “a) asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência de tais políticas; b) asseguram acesso justo e eqüitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; c) asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos programas e projetos que lhes dizem respeito; d) favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso”. cf. Henri Acselrad, “Ação coletiva e estratégias argumentativas” in H. Acselrad, S. Herculano e J. Pádua (orgs) Justiça ambiental e cidadania, 2004b, p.14-15.

⁵ cf. Pierre Bourdieu. Razões Práticas: sobre a teoria da ação, 1996, p. 18-19.

de todos, sem que sejam considerados os recortes de classes que caracterizam as sociedades modernas.

Como decorrência de uma certa tendência de internalização de críticas a respeito das abordagens da temática ambiental que se restringem à consideração da temática da escassez relativa ao estoque de “recursos ambientais”, os discursos analisados demonstram uma certa tentativa de incorporação de aspectos sociais e culturais, porém sem aprofundar a discussão das articulações entre destes aspectos e as várias significações atribuídas pelos diferentes grupos sociais a construtos como “sustentabilidade” e “meio ambiente” e sem mencionar a desigualdade distributiva que permeia a apropriação do “capital material”⁶ da cidade.

Tal como colocado, o trecho discursivo abaixo, registrado em um documento do governo, sugere a intencionalidade de inscrição entre os que, pretendendo fazer uma crítica ao conteúdo limitado que governos e instituições municipais costumam atribuir à noção de sustentabilidade, vêem nesta última uma nova crença que pode vir a se constituir ‘um novo princípio organizador de um desenvolvimento centrado no povo’, e de tornar-se uma ‘visão mobilizadora da sociedade civil e o princípio guia da transformação das instituições da sociedade dominante’⁷.

O governo do povo atua na perspectiva de consolidar um plano estratégico de desenvolvimento urbano que combate a exclusão social e a segregação sócio-espacial. Tal iniciativa tem por objetivo a universalização da cidadania e a simultânea conquista da sustentabilidade urbana, mas acima de tudo, busca fortalecer o poder popular na luta cotidiana pela sobrevivência e superação das desigualdades⁸.

⁶ cf. Acsehrad chama de “capital material”, ao conjunto dos componentes do meio material disputados por diferentes grupos sociais e seus distintos projetos de apropriação. cf. Henri Acsehrad, “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais” *In*: Henri Acsehrad (org.), Conflitos ambientais no Brasil, 2004a, p. 23.

⁷ cf. People C.D.F., 1992, apud Henri Acsehrad, “Sentidos da sustentabilidade urbana” *In*: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas, 2001, p. 28.

⁸ cf. Prefeitura Municipal de Belém, Mensagem do Prefeito de Belém à Câmara Municipal e Relatório de Atividades da PMB em 2002, 2003a, p. 51.

Está presente, em tais discursos, o entendimento da sustentabilidade urbana como um objetivo a ser alcançado, num futuro onde a plena cidadania tenha sido conquistada por aqueles sobre os quais se sobrepõem a exclusão dos circuitos econômicos e da esfera do consumo, o isolamento sócio-cultural e a segregação espacial urbana.

Ao se reportar a um “plano estratégico de desenvolvimento urbano” que teria um objetivo de abrangência mais profunda e com uma temporalidade que se pretende mais duradoura, o governo teria em vista “fortalecer o poder popular”, a fim de torná-lo capaz de se contrapor às forças conservadoras que condicionam as dinâmicas geradoras das desigualdades sociais e ambientais na cidade.

Colocando como objetivos a “conquista da sustentabilidade urbana” e a “universalização da cidadania”, em função dos quais é desenhado um plano para combater a “exclusão social e a segregação sócio-espacial”, fica clara a maneira de evocar a noção de sustentabilidade aplicada à cidade com uma abordagem da questão ambiental urbana que busca um reajustamento das bases de legitimidade das políticas urbanas, na tentativa de refundar o projeto urbano segundo o que pode-se chamar de “modelo da equidade”⁹.

As bases do processo de construção de legitimidade de um projeto democrático e popular para a cidade, segundo o que se percebe nos discursos de alguns assessores técnicos do governo, se reproduziriam no tempo através da construção de mecanismos de fortalecimento e garantia de continuidade da possibilidade do exercício da participação enquanto estratégia de “empoderamento popular”.

Ainda dentro do eixo discursivo da equidade, aparecem idéias denotadoras de articulações entre “sustentabilidade” urbana e justiça intrageracional,

⁹ cf. Henri Acselrad, “Sentidos da sustentabilidade urbana” *In: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*, 2001, p. 50.

nas quais estariam incluídas possíveis conquistas a serem construídas de forma simultânea e desde o presente, a partir de estratégias voltadas à redução das desigualdades sociais.

No mesmo documento encontramos outras significações atribuídas a situações pertinentes à questão ambiental como a ressignificação das características hidrogeológicas de Belém, especialmente das terras alagadas ou alagáveis que agora não são mais classificadas como questão de “insalubridade”¹⁰, mas como “problema ambiental”.

A gestão ambiental no Município de Belém, nesse sentido, tem se caracterizado, a partir de 1997, pela busca por ações de caráter interdisciplinar que reduzam os agravos e impactos ambientais característicos do município. A concepção e o desenvolvimento dos programas e projetos ambientais, além de privilegiar a participação popular através dos fóruns permanentes do Congresso da Cidade, têm como diretriz a definição de uma política ambiental que efetivamente caminhe em direção à melhoria da qualidade de vida¹¹.

Esta mudança no discurso relativo às características do sítio físico de Belém, tornou-se possível graças um processo de natureza coletiva. Para Fuks (2001)¹², diversos assuntos competem pela atenção pública no interior do sistema de arenas públicas, que incluem os poderes constituídos, a mídia e a ciência. Os problemas públicos são caracterizados e ganham projeção através do trabalho coletivo destas e outras instâncias. Ainda segundo o autor, o resultado dessa disputa deve-se mais aos diferenciais de capacidades organizacionais e de elementos culturais do que às “condições objetivas” atribuídas aos problemas.

¹⁰ O saneamento sempre foi colocado como um problema de solução muito difícil, acionando-se justificativas ora relacionadas às condições geológicas de grandes áreas da cidade, abrangidas pelas bacias dos principais rios e igarapés que recortam o território em diversas direções, ora relacionadas à dificuldade de financiamento ou à impossibilidade de reposição do investimento via tributação, dada a baixa renda da população que comumente habita estas áreas. Nas décadas de 70 e 80 o discurso da “insalubridade” legitimou as obras de macrodrenagem nas baixadas, que resultaram no fim da possibilidade de moradia de camadas populares nestas áreas próximas ao centro, dado o processo de valorização imobiliária decorrente das obras. cf. Saint-Clair C.Trindade Jr, A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana, 1998.

¹¹ cf. Prefeitura Municipal de Belém, Mensagem do Prefeito de Belém à Câmara Municipal e Relatório de Atividades da PMB em 2002, 2003a, p. 94.

¹² cf. Mário Fuks, Arenas de ação e debate públicos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992), 2001, p. 36.

Também é ressaltada, nos discursos presentes em documentos e falas dos assessores técnicos do governo, a participação popular no processo de definição das políticas ambientais do município, através de fóruns de discussão promovidos em função do Congresso da Cidade. Há ainda uma conexão que aparece colocada como auto-evidente entre as noções de “meio ambiente” e “qualidade de vida”.

No trecho acima transcrito, ao remeter à “gestão ambiental” a questão das baixadas de Belém e articular a política ambiental do município à promoção da qualidade de vida, deixa transparecer a concepção de que “sustentabilidade urbana”, inclui significados que consideram interfaces entre pobreza e degradação ambiental, no entanto sem apresentar uma alusão mais clara a causas geradoras dos efeitos perversos desta relação, inerentes, como pode-se supor, ao modelo de desenvolvimento prevalecente.

Uma outra forma discursiva identificada em documentos do governo municipal concebem a questão ambiental de modo similar aos que se utilizam de uma abordagem objetivista, que ressalta o conhecimento técnico e científico como sendo intrinsecamente autorizados a ditar verdades relativas à questão ambiental, apostando na objetividade de indicadores monitoráveis a respeito dos elementos geofisiográficos das bacias hidrográficas da cidade.

A busca de indicadores para melhor definição de políticas públicas, com o objetivo de garantir uma Belém mais humana, se traduz tanto na preservação do patrimônio e no projeto de cidade sustentável, quanto nos levantamentos necessários aos componentes do controle ambiental, ou seja, a fiscalização, o licenciamento, o cadastramento e o monitoramento das atividades potencialmente poluidoras [...]. Como exemplos dessa política, podemos mencionar os projetos ambientais desenvolvidos na Bacia do Igarapé do Tucunduba, o monitoramento e as intervenções urbanístico-ambientais da Bacia do Una, os levantamentos técnicos das Bacias do Paracuri, Estrada Nova e demais bacias [...]¹³.

¹³ cf. Prefeitura Municipal de Belém, Mensagem do Prefeito de Belém à Câmara Municipal e Relatório de Atividades da PMB em 2002, 2003a, p. 94.

Percebemos, no enunciado acima, a alusão a uma cidade humanizada, que seria construída com base na preservação do patrimônio, em uma noção muito vaga de “cidade sustentável” e no “controle ambiental”, colocado estritamente como controle às formas de poluição. As alusões ao patrimônio e à “cidade sustentável”, parecem resumir uma intencionalidade subjacente à atuação do governo municipal no sentido da construção de uma identidade para a cidade e de sentidos e crenças constituidoras de sua dimensão imaterial. O “controle ambiental” parece querer traduzir a forma de atuação do governo com relação à materialidade da cidade, com os mesmos objetivos de humanização e construção da sustentabilidade que orientam sua atuação na dimensão simbólica.

Os projetos citados como sendo exemplares desta política ambiental referem-se a intervenções urbanísticas em algumas das áreas alvo do projeto de macrodrenagem de Belém, constituídas por baixadas alagadas ou alagáveis, habitadas por comunidades pobres. Aqui as questões da pobreza e da desigualdade inerentes ao modelo de cidade dominante, não são mencionadas. O discurso de “gestão ambiental” com relação às baixadas habitadas por classes de baixa renda busca legitimação no acionamento de noções ligadas à temática ambiental, de tal forma que a questão distributiva aparece de forma subordinada ao fim último, que seria o projeto de construção da “sustentabilidade urbana”.

Os “levantamentos” mencionados na citação acima referem-se ao mapeamento das condições hidrogeológicas das bacias, através do uso de Sistemas de Informação Georreferenciados (SIGs). Este estudo teve como objetivo identificar e caracterizar atividades potencialmente poluidoras ou degradantes do meio ambiente, bem como especificar as características biofísicas do território das bacias, a fim de orientar as políticas de controle ambiental e as escolhas técnicas relativas às intervenções urbanísticas nas áreas de baixada.

Percebemos neste trecho acima transcrito que a ênfase dada aos estudos técnicos e à produção de indicadores decorre de uma concepção de que a

capacidade de enfrentar com eficiência os “riscos naturais”, aos quais estão expostas as populações menos atendidas pelos investimentos públicos, pode ser conseguida pelo recurso a tecnologias que permitam diagnosticar, com “objetividade”, as especificidades do meio físico da cidade, tais como a presença das baixadas, os sistemas naturais de drenagem, os processos de assoreamento etc.

A respeito das abordagens mais comuns presentes no processo de “ambientalização” das preocupações urbanas e do planejamento das cidades, Brand (2001)¹⁴ aponta como sendo a mais corrente na abordagem dos órgãos oficiais, aquela fundamentada na objetivação do meio ambiente e na medição quantitativa do estado dos recursos naturais, que parte do pressuposto de que o meio ambiente consiste em um complexo conjunto de sistemas ecológicos e recursos naturais, cuja deterioração ameaça o suporte natural da vida humana e a base do sistema de produção econômica.

Faz parte deste tipo de concepção a visão dos problemas ambientais urbanos como meros erros de administração ou de falta de previsão técnica, cujas soluções, portanto, transitariam no campo das alternativas técnicas. Estes problemas são encarados, sob esta ótica, a partir de uma abordagem que não discute a qualidade das relações sociais que estão por trás e os condicionam¹⁵.

A administração desses recursos [hídricos] [...] passa pela delimitação de seu espaço geográfico, conhecimento de suas potencialidades, dos conflitos existentes decorrentes do uso e ocupação [do solo], passando pela capacitação e conscientização da sociedade, de modo a ordenar e priorizar ações de ordem preventiva e ou corretiva, apoiados por fundamentos técnicos e institucionais e por uma firme vontade política¹⁶.

¹⁴ cf. Peter Brand, La construcción ambiental del bienestar urbano. Caso de Medellín, Colombia, 2001, p. 4, tradução nossa.

¹⁵ cf. Guillermo Foladori, Sustentabilidad urbana y productividad social, 2001^a, tradução nossa.

¹⁶ cf. Prefeitura Municipal de Belém, Caracterização dos problemas ambientais decorrentes do uso e ocupação das bacias hidrográficas do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) – Município de Belém (PA) – com o auxílio de geoprocessamento, 2000.

A suposição da existência da “condição objetiva” geradora de um problema social confere ao cientista um papel especial no processo de compreensão do problema em questão. É exatamente nesta condição que ele é considerado um “*expert*” no assunto, sendo capaz de emitir opinião qualificada, transmitir informações “objetivas” e, até mesmo, colaborar na busca de soluções. No entanto, agindo desta forma, segundo perspectivas construtivistas de análise, o cientista não estaria simplesmente investigando as “condições objetivas” causadoras do problema social, mas participando do processo de sua definição¹⁷.

Uma outra intencionalidade presente em alguns discursos do governo municipal que evocam noções como “meio ambiente”, “sustentabilidade urbana” e “cidade sustentável” está ligada a uma tentativa de emprestar legitimidade às críticas feitas às gestões anteriores, a quem se atribui a condição de co-responsáveis por situações denotadoras de “insustentabilidade” observáveis na cidade, que seriam decorrência da incapacidade das políticas urbanas, até então desenvolvidas, de promover a equidade, deixando as populações pobres excluídas dos benefícios da urbanização e expostas aos riscos urbano-ambientais dos espaços precários de moradia.

Esta “insustentabilidade”, construída pelas gestões anteriores, resultaria tanto da má administração dos recursos públicos, quanto – e, principalmente – da omissão ou recusa em democratizar o acesso aos benefícios da urbanização, perceptíveis na subutilização dos mecanismos distributivos disponíveis no arcabouço jurídico afeto à questão, o que resultou na concentração destes benefícios nas áreas habitadas por classes de renda média e alta.

1.2 CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES DE CAUSALIDADE PELOS ASSESSORES TÉCNICOS DO GOVERNO MUNICIPAL

¹⁷ cf. Mário Fuks, Arenas de ação e debate públicos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992), 2001, p. 38.

A definição do problema ambiental urbano, segundo o que é perceptível nos discursos presentes em documentos e nas falas de alguns assessores técnicos do governo, centra-se principalmente em três aspectos: 1) A degradação ambiental, provocada pelos tipos de uso e ocupação do solo por eles considerados inadequados às condições hidrogeológicas da bacia do Paracuri - responsáveis supostos pelos freqüentemente mencionados problemas de exposição das comunidades aí residentes a constantes alagamentos; 2) A falta de saneamento básico; 3) O crescimento demográfico, que teria levado ao surgimento de comunidades morando em palafitas e em outras formas de habitação precária nas “áreas de risco” do Paracuri, tanto em parte do leito dos rios Paracuri e Livramento, quanto em suas margens.

O município de Belém é caracterizado por uma rica e bem distribuída rede hidrográfica, constituída por rios, furos, canais e igarapés. Todo este potencial hídrico é responsável, principalmente, pelo abastecimento de água e transporte fluvial na região. Esta malha hídrica, no entanto, encontra-se ambientalmente desprotegida [...] ante o impacto do uso indiscriminado e desordenado do solo, a carência de saneamento básico e a expansão urbana em ritmo acelerado. Este quadro demonstra a necessidade de se investir em políticas de preservação ambiental e de recuperação dos recursos hídricos, por meio de ações que minimizem os impactos decorrentes das atividades antrópicas¹⁸.

Assim, o principal problema ambiental do Paracuri, segundo o esquema classificatório mais corrente nos discursos de assessores técnicos do governo, estaria no conjunto de impactos negativos resultantes de formas de uso e ocupação do solo inadequados às características ambientais daquela porção do território da cidade.

Com o impacto da ocupação humana, segundo a explicação dos assessores técnicos, a bacia do Paracuri teve alteradas as suas condições naturais de drenagem, o que explicaria o fato de as comunidades aí situadas sofrerem freqüentemente com os alagamentos, principalmente na estação mais chuvosa de Belém.

¹⁸ cf. Prefeitura Municipal de Belém, Caracterização dos problemas ambientais decorrentes do uso e ocupação das bacias hidrográficas do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) – Município de Belém (PA) – com o auxílio de geoprocessamento, 2000.

Como toda área de expansão, depois da construção do Paracuri I, aquela área começou a ser ocupada de forma desordenada, o próprio canal Santa Izabel¹⁹ ficou totalmente assoreado. Icoaraci é uma bacia, na verdade são várias bacias hidrográficas, e aquela área, por ser uma bacia, ela tem um problema de drenagem complicado pelo próprio assoreamento do canal Santa Izabel. Então há uma comunidade ali que foi crescendo e junto com ela a demanda de saneamento e de urbanização (informação verbal)²⁰.

Nos discursos de alguns assessores técnicos do governo, a causa do “problema ambiental” do Paracuri mais freqüentemente apontada refere-se ao crescimento populacional acontecido na área, principalmente nas décadas de 80 e 90²¹. O recurso à temática do crescimento populacional quando se trata da questão ambiental parte do entendimento de que é consensual a compreensão de que a pressão antrópica sobre a base material da sociedade é que seria a causa dos problemas ambientais, isentando o modelo de sociedade e de desenvolvimento vigente.

Acselrad (2004a)²² critica a análise da questão ambiental fundada nesta espécie de variante do neomalthusianismo, que se detém em uma abordagem quantitativa da relação entre população e território, traduzida, por analogia, em termos da relação entre crescimento e disponibilidade de recursos. Nas falas de alguns assessores técnicos do governo, entretanto, a alusão ao crescimento populacional como causa dos problemas socioambientais do Paracuri é imediata. Juntamente com um entendimento de que grande parte das causas do “problema ambiental” do Paracuri situa-se dentro da relação entre crescimento populacional e escassez de solo seguro na cidade, também se mencionam as condições hidrogeológicas da bacia, que por si só, na leitura dos assessores técnicos, a colocariam na classificação de área inadequada ao uso habitacional.

¹⁹ Nome de um braço do rio Paracuri que atravessa parte do bairro.

²⁰ Informação fornecida por um técnico da segunda gestão de Edmilson Rodrigues.

²¹ Nos vários documentos analisados estava presente a alusão ao crescimento populacional como causa explicativa do problema ambiental do Paracuri: “o crescimento populacional no bairro do Paracuri, no período de 1991 a 2000 foi de 183,63%”. cf. Prefeitura Municipal de Belém, Regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social em Belém – ZEIS. Diagnóstico, 2003.

²² cf. Henri Acselrad, “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais” In: Henri Acselrad (org.), Conflitos ambientais no Brasil, 2004a, p. 13.

A multiplicação das ocupações na área foi freqüentemente citada nas falas dos assessores técnicos, como forma de ressaltar sua relação de causalidade com o “problema ambiental” do Paracuri. Nas falas de alguns assessores técnicos, e mesmo em documentos impressos, está presente uma certa tônica de culpabilização da pobreza, relacionada à “escolha” dos grupos sociais empobrecidos de habitar nestas áreas “impróprias” colocando-se neste fato a origem do “problema ambiental” do Paracuri.

A gente percebe, principalmente do lado do Paracuri I, aliás, do Paracuri II e III, ali para o lado, não só da ponta grossa, mas ali no Central Park, ali atrás da Brasilit, todo o leito do igarapé tem sido ocupado desordenadamente (informação verbal)²³.

Há ainda uma abordagem que concentra o foco nas características hidrogeológicas da área, que estariam em conflito com o uso habitacional que vem se desenvolvendo nas margens dos rios e em toda a área de baixada que atinge grande parte do bairro, demandando soluções técnicas e potencializando “riscos ambientais”. Nesta linha, afirma um técnico do governo que, com relação ao Paracuri, “[...] o problema maior que tem é saneamento ligado à questão da saúde”²⁴.

Surgem argumentos explicativos apoiados nos diagnósticos produzidos através de tecnologias de georreferenciamento, que estabelecem quais seriam os usos possíveis daquela área, ao mesmo tempo em que emprestam legitimidade às tomadas de decisão a respeito da situação considerada problemática, que venham a se fundamentar nos dados “objetivos” disponíveis nestes diagnósticos.

²³ Informação fornecida por um técnico da segunda gestão de Edmilson Rodrigues.

²⁴ Uma tese de doutorado estudou os principais fatores de contaminação da água da bacia do Paracuri, sendo mais enfaticamente citados aqueles relativos às precárias condições de habitabilidade das comunidades ocupantes das margens e do entorno imediato do rio, analisados sob o enfoque dos riscos para a saúde destas comunidades. cf. Karla T. Ribeiro, Qualidade sanitária da água e saúde humana em áreas de influências de duas bacias hidrográficas de Belém – Pará, 2002, p. 246-250.

Isso é perceptível tanto em discursos daqueles assessores técnicos do governo que lidam diretamente com a questão do Paracuri, quanto em documentos produzidos com o objetivo de diagnosticar a situação ambiental da área, a fim de respaldar possíveis intervenções da Prefeitura no sentido de dar resposta àqueles aspectos classificados como causas do problema.

A consecução deste trabalho contribuiu para melhorar o conhecimento sobre as bacias hidrográficas do município de Belém, em particular as do DAICO, permitindo à Prefeitura Municipal de Belém, subsidiar a tomada de decisões e elaboração de políticas de planejamento, gerenciamento e de preservação dos recursos hídricos no município, conseqüentemente alavancando também a difusão e aplicação das tecnologias de geoprocessamento no âmbito municipal²⁵.

O governo municipal passou a desenvolver uma pesquisa apoiada no recurso técnico-científico dos sistemas de georreferenciamento. A partir daí, mapeando a bacia do Paracuri, pretendia determinar as “causas” da situação problemática, e tomar o próprio produto dos estudos de geoprocessamento como um apanhado de indicações a respeito de quais seriam as soluções ótimas para os problemas encontrados²⁶.

Nesse estudo feito por assessores técnicos do governo com o objetivo de fazer uma caracterização dos problemas ambientais do Paracuri²⁷, a classificação do que seria o “problema ambiental” do Paracuri refere-se a noções como “degradação” e “poluição”, numa significação que se reporta ao estado dos elementos da base material daquela área específica do espaço urbano de Belém,

²⁵ cf. Prefeitura Municipal de Belém, Caracterização dos problemas ambientais decorrentes do uso e ocupação das bacias hidrográficas do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) – Município de Belém (PA) – com o auxílio de geoprocessamento, 2000.

²⁶Experiências como as do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado por Alfredo Wagner de Almeida, de uso de metodologias participativas de mapeamento sócio-territorial, vem se tornando cada vez mais freqüentes. Projetos fundamentados nesta lógica buscam legitimar “interesses de grupos populares e organizações de base comunitária”, fazendo uso das tecnologias de SIG como “instrumento de capacitação e mudança social”²⁶. cf. Henri Acselrad e Luis Régis Coli, “Disputas territoriais e disputas cartográficas” *In*: Henri Acselrad (org), Cartografias sociais e territórios, 2008, p.38.

²⁷ cf. Prefeitura Municipal de Belém, Caracterização dos problemas ambientais decorrentes do uso e ocupação das bacias hidrográficas do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) – Município de Belém (PA) – com o auxílio de geoprocessamento, 2000.

sem fazer referência, porém, à dinâmica conflitiva do modelo de desenvolvimento e de sociedade vigente gerador daquela situação.

A abordagem objetivista da questão ambiental ligada à produção de indicadores científicos é perceptível no discurso que pretende diagnosticar a situação discutida: os passos iniciais no sentido de tratar a situação foram delineados a partir do entendimento de que o fator determinante para a situação problemática encontrada seriam as condições hidrogeológicas do solo. Esta forma de abordagem da problemática ambiental, parte do pressuposto de que há um meio ambiente único materialmente constituído, não sendo levados em consideração os distintos projetos possíveis de apropriação e de atribuição de significado pelos diferentes grupos sociais.

Este tipo de abordagem baseada no objetivismo dos indicadores científicos tende a esvaziar o debate político, podendo, eventualmente, prestar-se à legitimação de soluções autoritárias. Ao defender a idéia de que os indicadores técnico-científicos falam por si só e são dotados de uma objetividade inquestionável, a apreciação de outros pontos de vista sobre o assunto em questão é tida como dispensável.

O entendimento presente nos discursos de alguns assessores técnicos do governo a respeito da questão ambiental do Paracuri refere-se ora a aspectos hidrogeológicos, que estariam na base dos problemas de saneamento da área, ora aos chamados impactos da ação antrópica, classificados em terminologias bastante usuais na abordagem da temática ambiental, tais como degradação, poluição etc.

A forma de abordagem da temática ambiental presente em tais diagnósticos parece partir do pressuposto de que os todos os grupos sociais envolvidos na questão do Paracuri são igualmente causadores daquilo que se

chama “problema ambiental”. Isto traz como decorrência o entendimento de que cada um tem sua parcela de responsabilidade e que a “solução” será, portanto, fruto de um esforço “conjunto”. Assim colocado, sugere-se que o “problema” é definido de forma consensual, que seu significado e abrangência são consensuais entre os diferentes grupos sociais.

Isso é perceptível nos discursos de alguns assessores técnicos do governo nos quais se aponta genericamente a “ação antrópica” como sendo a causa do problema ambiental do Paracuri, sem se aprofundar a análise a respeito das dinâmicas e processos que envolvem a distribuição dos diferentes grupos de *antrophos* no espaço urbano, e que têm implicações nos modos de apropriação escolhidos ou possíveis aos grupos envolvidos.

A bacia hidrográfica do Paracuri é uma das bacias que apresenta os maiores problemas ambientais decorrentes principalmente da atividade antrópica. Dentre os diversos problemas destacam-se a ocupação desordenada, lançamento de esgotos domésticos e industriais no leito do igarapé e atividades de exploração de minerais não-metálicos²⁸.

Da mesma forma, é generalizante e superficial a concepção de que o problema ambiental do Paracuri é constituído pela presença das palafitas que contribuem para o processo de assoreamento do rio Paracuri. Esta única forma acessível de habitação para os que estão ali é vista, pelos esquemas classificatórios dos assessores técnicos, como elemento invasivo e predatório que interfere na paisagem. Ainda ligados à presença de palafitas são apontados como “problemas” a ausência de saneamento, bem como a “poluição” e a “degradação”²⁹.

Para Braga e Costa (2004a)³⁰, no que se refere a ocupações irregulares, há um conflito de interesses entre, de um lado, a população que habita

²⁸ cf. Prefeitura Municipal de Belém, Caracterização dos problemas ambientais decorrentes do uso e ocupação das bacias hidrográficas do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) – Município de Belém (PA) – com o auxílio de geoprocessamento, 2000.

²⁹ No diagnóstico dos problemas ambientais do Paracuri, feito por técnicos da gestão, os “bolsões de ocupação” foram citados entre as principais causas da poluição. cf. Ibid.

³⁰ cf. Heloísa Costa e Tânia Braga, “Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental”, *In*: Henri Acselrad (org.), Conflitos ambientais no Brasil, 2004a, p. 199.

essas áreas, que demandam regularização fundiária e infraestrutura e, de outro lado, os interesses do poder público municipal na preservação das áreas de proteção ambiental e de risco, que são alvo de tais ocupações. Para as autoras, o quadro de desigualdade expresso nesta forma de habitação é elucidativo da maneira como se distribuem entre as classes os recursos do território, obedecendo à lógica de valorização do capital, “reificando e reproduzindo desigualdades, conflitos e contradições”.

1.3 INTERVENÇÕES URBANÍSTICO-AMBIENTAIS PROPOSTAS PELOS ASSESSORES TÉCNICOS DO GOVERNO MUNICIPAL

As propostas dos assessores técnicos do governo com relação aos fins a que se devam destinar os rios e igarapés que cortam Belém, especialmente os de grandes dimensões como o Paracuri, constituem um leque de possibilidades de uso e apropriação que vão desde a recuperação para fins paisagísticos, até outras de caráter mais utilitário, como seu uso para via de transporte.

Ao longo dessa área não sendo só do Paracuri, mas pro lado do Tenoné, do Parque Guajará existe o percurso que a Prefeitura tem um projeto que se está pensando, “Esse Rio é Minha Vida”, para fazer também repensar a questão do transporte em Belém, através dos rios. E lá o bairro do Paracuri, a gente conversando com os moradores, tem parte, inclusive, navegável nos trechos (informação verbal)³¹.

Esta inflexão na maneira de tratar, no discurso e na prática, os cursos d’água de Belém, só foi possível graças a um processo de construção social de novos significados a refundar a terminologia que perpassa as interações entre homem e território, que, entre outras ressignificações, atribui a este último a qualidade de local onde se encontram os estoques de “recursos ambientais” ou “recursos naturais” e onde é possível encontrar meios para o aproveitamento das várias possibilidades de utilização oferecidas pelo próprio meio ambiente.

³¹ Informação fornecida por um técnico da segunda gestão de Edmilson Rodrigues.

A remissão ao problema ambiental do Paracuri, nos discursos de alguns assessores técnicos, aparece relacionada com o estado dos elementos do território, com alusões à existência de palafitas nas margens dos rios e à expansão da ocupação em seu entorno, que levam à evocação da noção de degradação do meio ambiente, este último sendo entendido como patrimônio de “todos” os habitantes da cidade.

Percebemos nos discursos de alguns assessores técnicos do governo, como no texto abaixo, o entendimento de que o que precisa ser resgatado em sua integridade é o “meio ambiente”, o qual foi vitimizado pela ocupação desordenada. Desta forma, o papel a ser assumido pelo órgão municipal que trata da degradação ambiental da área, a SEMMA, seria o de se esforçar para resolver o “problema *do meio ambiente*”.

Existe uma preocupação com os nossos rios e igarapés, que infelizmente depende de recursos de uma forma elevada. Do lado do Paracuri I, aliás, do Paracuri II e III, ali para o lado, não só da Ponta Grossa, mas ali no Central Park, ali atrás da Brasilit, toda a margem do rio tem sido ocupada desordenadamente. Então existe uma preocupação da SEMMA com relação a isso. É um trabalho muito complicado esse de remanejamento (informação verbal)³².

Ainda que as ações de remanejamento sejam, de modo geral, freqüentemente recusadas como solução pelas instâncias do governo incumbidas de dar direção às políticas públicas, este tipo de solução foi citada por diferentes entrevistados, não apenas entre os quadros técnicos do governo como também entre lideranças dentre os moradores do Paracuri.

A tendência à recusa de tais ações deve-se à ocorrência de fatos, em gestões passadas, de favorecimento dos interesses do capital imobiliário por agências governamentais em projetos de intervenções urbanísticas nas baixadas de

³² Informação fornecida por um técnico da segunda gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues.

Belém que resultaram na substituição de classes pobres por estratos de maior renda à custa de pesados investimentos de recursos públicos.

Os interesses do governo, ao cogitar a possibilidade de remanejamento das ocupações, em outros tempos justificados pelos discursos higienistas, devem-se hoje à valoração atribuída à solução de problemas ambientais pelas esferas de poder local, surgida no processo de “ambientalização” das questões urbanas.

Por outro lado, também estão presentes, nos discursos analisados, preocupações de cunho mais imediatamente social com relação a ações deste tipo. Foi prática comum nas gestões anteriores realocar as comunidades pobres remanejadas em conjuntos habitacionais de configuração considerada indigna, isoladas na periferia, onde os moradores não dispunham de acesso a trabalho e renda em função das distâncias espaciais que os separavam dos bairros de classe média e dos centros de comércio e serviços os quais costumam absorver mão-de-obra pouco qualificada.

Esta dificuldade de acesso a fontes de renda nas proximidades, leva à necessidade de cansativos deslocamentos para outros bairros, o que implica em variados custos a mais para as classes dos que nada têm, seja do pagamento da tarifa do transporte coletivo, que é igual a todos, não diferenciando quem tem ou não fonte de renda, seja do risco de transitar a pé ou de bicicleta numa cidade que foi planejada para privilegiar os carros das classes média e alta, seja do desgaste físico das longas esperas e das demoradas viagens. Soma-se a isto o isolamento sócio-cultural a que são forçadas estas classes.

Como muitos dos integrantes dos quadros políticos e técnicos do governo vivenciaram ou, pelo menos, se posicionaram contra soluções feitas desta forma, a possibilidade de recorrer a remanejamentos é sempre vista com muita

cautela, em função das implicações econômicas e sociais potencialmente negativas que podem trazer para as comunidades remanejadas.

Os esquemas simbólicos de justificação acionáveis para legitimar ações de remanejamento antes apoiadas em noções higienistas como a idéia de “insalubridade”, usada no caso das baixadas de Belém, passaram a se fundamentar, principalmente a partir da década de 1990, em noções ligadas à “questão ambiental”.

O olhar sobre os rios e igarapés que entrecortam o território de Belém, antes vistos como incômodos e custosos, passa por um processo de ressignificação sendo vistos ora a partir de uma ótica patrimonialista, no sentido de se fazer a “recuperação de áreas degradadas” a serem destinadas à fruição pública dos “recursos ambientais e paisagísticos” da cidade, ora a partir do foco nas potencialidades econômicas de usos “sustentáveis” destes recursos.

Os recursos hídricos subterrâneos e superficiais, como bens finitos, econômicos, vulneráveis e essenciais para a sustentação de diversas atividades e da vida, requerem uma gestão efetiva através de ações integradas e participativas que protejam os ecossistemas naturais e, ao mesmo tempo, propiciem o desenvolvimento social e econômico³³.

Quaisquer que sejam os fins sociais que se entenda que devam ser destinados estes “recursos”, as intervenções urbanístico-ambientais pensadas para atingi-los muito provavelmente incluirão escolhas técnicas a serem feitas com relação ao trato a ser dado às ocupações, seja no sentido de sua permanência readaptada aos condicionantes dos locais onde se encontram, seja no sentido de definir um trabalho de remanejamento inclusivo econômica e socialmente.

³³ cf. Prefeitura Municipal de Belém, Caracterização dos problemas ambientais decorrentes do uso e ocupação das bacias hidrográficas do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) – Município de Belém (PA) – com o auxílio de geoprocessamento, 2000.

As escolhas técnicas feitas com relação a possíveis soluções para um “problema ambiental urbano”, sendo decorrentes de um processo de construção social, são elucidativas para desvelar os pressupostos que fundamentam a forma de abordagem da questão ambiental urbana que permeia as práticas e discursos de quem propõe as intervenções.

No trecho abaixo transcrito do discurso governamental aparece uma ação recorrentemente citada como emergencial e imprescindível, tanto do ponto de vista da recuperação ambiental da área, quanto do ponto de vista da potencialização da produção artesanal, que é a urbanização do canal Santa Izabel, via projeto de macrodrenagem e remanejamento de famílias das “áreas de risco”.

Existe uma proposta, principalmente para resolver o problema do canal Santa Izabel, que seria um trabalho de macrodrenagem, que iria envolver o remanejamento de famílias e o melhoramento da parte de urbanização e saneamento na área. Existe essa preocupação associada à própria questão da sobrevivência dessa atividade, que é o artesanato, que é muito forte no distrito de Icoaraci (informação verbal)³⁴.

A preocupação principal relativa ao “problema ambiental” do Paracuri que, segundo percebemos nos discursos de alguns assessores técnicos, parece ser visto como decorrência das condições hidrogeológicas do solo, situa-se em torno de suas implicações sobre as possibilidades de potencialização da produção artesanal,³⁵ como forma de elevar a geração de renda das comunidades do entorno do rio Paracuri.

As ações desenvolvidas ou imaginadas por alguns assessores técnicos do governo giram em torno do artesanato, dada sua representatividade não só em termos econômicos e culturais como também em decorrência da presença de

³⁴ Informação fornecida por um técnico da segunda gestão de Edmilson Rodrigues.

³⁵ Foram implementados pelo governo o projeto de Valorização do Artesanato, que incluía obras de saneamento, o de Sinalização Turística e algumas ações de iluminação pública, entre outras melhorias nos principais corredores turísticos de Icoaraci. Também foram desenvolvidas pelo governo ações voltadas à elevação da capacidade de gestão administrativa e financeira dos microempreendedores ligados à produção do artesanato cerâmico.

associações, cooperativas e movimentos populares e comunitários ligados direta e indiretamente à produção artesanal, os quais demandam ações neste sentido.

As áreas onde ficam as casas, oficinas e lojas dos produtores artesanais, padecem com o saneamento deficiente, cujas conseqüências são piores nas épocas em que ocorre o transbordamento do canal Santa Izabel. Como essa área é constantemente visitada por turistas, inclusive estrangeiros, acabou recebendo um olhar mais atento do governo até por suas preocupações em incentivar a economia e a cultura local.

É mais em função da atividade artesanal que as propostas são feitas. Para as áreas de ocupação recente, mais próximas às margens dos Paracuri, cujos moradores não são ligados à esta atividade, e seu nível de organização é quase inexistente, praticamente nenhuma atenção significativa foi dispensada, sendo acionados discursos relativos às dificuldades de intervenção devidas às características hidrogeológicas do solo e às complicações jurídicas que envolvem a ocupação da área, além da escassez de recursos financeiros a justificar a fraca atuação do poder público.

O foco da atenção do governo municipal freqüentemente presente em documentos e nas falas de assessores técnicos é, pois, a potencialização do turismo na área do Paracuri, através do incentivo à atividade artesanal. Meio ambiente, turismo e produção artesanal fazem parte do repertório das propostas mais correntes de solução para o “problema ambiental” do Paracuri.

No Congresso da Cidade, especificamente, existe uma demanda, antiga, mas que passou pelo Congresso da Cidade, que é o programa de valorização do artesanato que envolve melhorias nas ruas Coronel Juvêncio Sarmiento, passagem Livramento e passagem Espírito Santo onde estão localizadas a maioria das olarias do bairro. E também o projeto de sinalização turística e iluminação naquela área integrado com essa idéia da rua Siqueira Mendes e de todo artesanato de Icoaraci (informação verbal)³⁶.

³⁶ Informação fornecida por um técnico da segunda gestão de Edmilson Rodrigues.

A aprovação de demandas no Congresso da Cidade confirma a capacidade de organização dos moradores dos locais de produção artesanal, ao contrário do que ocorre com os moradores das áreas de ocupação recente – Guará e Central Park - localizadas na Arthur Bernardes ao longo das margens dos rios Paracuri e Livramento ou Uxi.

Os moradores mais expostos aos riscos trazidos pela “maré”, localizados nestas ocupações às margens dos rios Paracuri e Livramento, são os que mais sofrem com os “problemas ambientais” da área. Seu baixo capital econômico e cultural os coloca numa posição desvantajosa no espaço social, inviabilizando o acesso aos meios de poder necessários a sua auto-constituição enquanto sujeitos coletivos de direitos, fazendo-os permanecer numa posição desvantajosa também no espaço urbano, empurrando-os para as partes sobranes do espaço da cidade.

Desta forma, sendo o Congresso da Cidade uma instância não-governamental de disputa democrática cujas demandas eram aprovadas em função do número de votos que recebem, dependendo, portanto, do nível de organização popular em torno de sua aprovação, nem mesmo um governo que apresentava-se como comprometido com um projeto democrático e popular de cidade foi capaz de alcançar aqueles grupos mais expostos ao conjunto dos riscos urbanos decorrentes da situação de injustiça ambiental que caracteriza a distribuição das partes do recurso solo urbano entre as classes na cidade.

São muito recorrentes as alusões a ações de iniciativa do governo e das próprias organizações representativas dos que trabalham na produção artesanal no sentido de conquistar a inclusão do Paracuri em circuitos turísticos em função, principalmente, desta atividade.

O Paracuri está incluído no Proecotur, no que se refere ao artesanato. Está sendo feito contato com o Conselho Nacional dos Seringueiros para que se tenha acesso a um projeto que trabalha com o manejo do Pixurim e de

outros recursos, para potencializar a atividade artesanal (informação verbal)³⁷.

Daí o interesse de também tornar a atividade não predatória ao meio ambiente, posto que esta condição passou a ser valorizada por turistas, especialmente pelos quem tem o perfil dos que procuram o artesanato local, geralmente situados num espaço sócio-cultural onde as escolhas de consumo incluem exigências relativas aos processos utilizados na produção do artefato.

Há uma contradição que o governo municipal busca resolver ligada ao fato de que a produção artesanal é considerada “predatória” do ponto de vista da extração de argila das margens dos cursos d’água do Paracuri, feita pelos “barreirenses”³⁸ de cuja atividade dependem muitas famílias do bairro que vivem da produção do artesanato cerâmico.

O próprio [programa de] Valorização do Artesanato está situado dentro da temática da questão ambiental e uma das etapas dele estava com a questão do manejo da retirada da argila, que os rios estão sendo assoreados e isso seria uma preocupação que está pautada nessa questão da gestão ambiental dentro do programa da prefeitura (informação verbal)³⁹.

As características ambientais da área, no entendimento de alguns assessores técnicos, a colocariam numa condição de área a ser preservada, por representar, dentro da porção continental do território de Belém, um conjunto de elementos materiais que, após a emergência da temática ambiental, foi ressignificado e revalorizado, sendo visto como escasso, a partir de uma releitura do espaço urbano fundada em noções que permeiam a questão ambiental, tais como “meio ambiente” e “sustentabilidade”.

Na tentativa de dar uma resposta a esta questão, o governo busca, então, estimular a organização dos artesãos para que estes busquem financiamento

³⁷ Informação fornecida por uma técnica da segunda gestão de Edmilson Rodrigues.

³⁸ “Barreirenses” é um termo usado entre os produtores artesanais para designar os trabalhadores que retiram a argila dos rios e a vendem para os artesãos.

³⁹ Informação fornecida por um técnico da segunda gestão de Edmilson Rodrigues.

para o manejo “sustentável” do recurso, para alcançar um *adiamento do fim* de suas fontes nos cursos d’água do Paracuri, que, segundo os assessores técnicos, está sendo retirado de maneira predatória para ser utilizado na produção artesanal⁴⁰.

Os artesãos estão tentando conseguir com o BASA⁴¹ e com o Banco do Brasil, crédito para a atividade artesanal, com base no manejo da matéria-prima não renovável, que a argila é não-renovável, a fim de otimizar a produção, diminuindo as perdas e diminuindo o uso da matéria-prima (informação verbal)⁴².

Assim, percebemos que para o governo municipal, há dois interesses conflitantes com relação aos elementos que compõem a base material das comunidades do Paracuri. De um lado, a intenção de desenvolver projetos de recuperação ambiental e de conservação dos rios e da mata da Paracuri. De outro, desenvolver a potencialidade turística do artesanato, o que implica em elevar a produtividade da atividade artesanal⁴³ - que depende da extração de argila das margens e do leito dos rios – e, ainda, melhorar as condições de infraestrutura, via obras de urbanização.

Se fosse feita nos dias atuais, a proposta que o engenheiro J. G. Gronfelts elaborou em 1771 para tornar os cursos d’água de Belém navegáveis a fim de transformá-la numa pequena Veneza, não seria desprezada. Após a emergência

⁴⁰ Discursos relativos à temática da escassez de argila são veiculados pela mídia. Um artigo de jornal diz que membros da direção do Conselho Superior de Artesãos no Pará (COSAPA) apontam como causas da degradação ambiental do Paracuri as invasões nas margens do rio e a exploração ilegal de argila feita por empresas de fora do Estado. Para reforçar o argumento de que as invasões seriam as principais causas da escassez de argila, a autora do artigo registra a fala de um artesão do Paracuri: “você podem ir lá pra ver como tem gente morando sem problema no local. Eles construíram as casas e estão impedindo que a argila seja retirada”. Técnicos da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), por sua vez, afirmaram que seria feito um trabalho de “educação ambiental” para que os moradores das margens do Paracuri “entendam os riscos que correm e que causam ao meio ambiente”. No que se refere à exploração ilegal por empresas de fora do Estado, no entanto, segundo o artigo, o então fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) em Icoaraci informou que “não há uma lei estadual que permita esta proibição”. cf. Edna Nunes, “Extração ilegal causa escassez de argila”, O Diário do Pará, 2000.

⁴¹ Banco da Amazônia S/A.

⁴² Informação fornecida por uma técnica da segunda gestão de Edmilson Rodrigues.

⁴³ Em Icoaraci, trabalham diretamente na atividade artesanal em média 200 pessoas, multiplicado pela média de filhos e outros dependentes que sobrevivem desta atividade somam ao todo mais ou menos 1000 (mil) pessoas, sendo que destes 66% trabalham há mais de 20 (vinte) anos no ofício. cf. Auda Piani Tavares, Planejamento do turismo sustentável e qualidade de vida dos produtores de cerâmica em Icoaraci, 1997, p. 42.

do discurso da “qualidade ambiental” urbana passou-se a conceber como desejável a execução de projetos urbanísticos que expressassem uma suposta “integração homem-natureza”, buscando construir uma relação de “harmonia”, em oposição à histórica relação de hostilidade, de orientação higienista, que marcou o trato dos cursos d’água que entrecortam a cidade.

Para finalizar este capítulo, apresentamos abaixo um trecho de um enunciado muito elucidativo para confirmar as principais características que até aqui identificamos como de uso corrente entre assessores técnicos do governo. No já citado diagnóstico feito sobre duas bacias hidrográficas do DAICO, algumas recomendações foram feitas com relação ao tratamento a ser dispensado pelo governo municipal aos “problemas ambientais” do Paracuri, dentre as quais destacamos, para os fins desta análise, as seguintes:

[...] 3) Para o controle da ocupação das áreas de baixadas [...] faz-se necessária a criação de equipamentos básicos de lazer potencializando o aproveitamento dos recursos naturais existentes e / ou recuperação paisagística dos igarapés existentes.

[...] 6) Comportar os igarapés, furos e canais dentro das zonas de preservação total, com o intuito de inverter o processo acelerado e irreversível de eliminação dos cursos d’água, decorrente da ocupação urbana da área, dada a importância da presença desses elementos naturais na paisagem do Distrito, e como forma de resguardar a natureza e maximizar a relação constante homem / ambiente.

[...] 7) Aproveitar e valorizar os elementos naturais a serem preservados da ocupação, propondo áreas verdes que integrem as características paisagísticas regionais, e conscientizar a população da importância da preservação desses elementos naturais para as gerações futuras, e aproveitamento sócio-econômico para o DAICO.

[...] 10) Devem-se estabelecer usos e atividades condizentes com aquilo que se pretende preservar, até se atingir sua exploração racional como fórmula de equilíbrio utilização / preservação [...] ⁴⁴.

Esta maneira de evocar noções ligadas à temática ambiental mais uma vez vem reforçar as tendências que identificamos até aqui. Os elementos discursivos presentes novamente demonstram que alguns assessores técnicos do governo concebem a questão ambiental de modo similar aos que se utilizam da

⁴⁴ cf. Prefeitura Municipal de Belém, Caracterização dos problemas ambientais decorrentes do uso e ocupação das bacias hidrográficas do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) – Município de Belém (PA) – com o auxílio de geoprocessamento, 2000.

abordagem consensualista, fundamentada no entendimento de que a compreensão das situações que evocam interfaces entre sociedade e território é a mesma entre os distintos setores sociais, sendo desconsiderado o conflito de classes inerente ao padrão vigente de relações sociais e suas interações com os processos de produção e apropriação do espaço urbano.

Não se observa, pois, o entendimento segundo qual o ambiente das cidades encontra-se no interior deste processo dialético e as práticas, projetos e ideologias ambientais são parte do processo de urbanização da natureza, onde, por conseqüência, a natureza urbanizada reúne bens materiais e simbólicos atravessados por conflitos sociais urbanos por seu controle⁴⁵.

⁴⁵ E. Swyngedouw - N. Heynen, Urban Political Ecology, Justice and the Politics of Scale, *In: Antipode*, 2003, pp. 899-918.

CAPÍTULO 2 – RELAÇÕES DE CAUSALIDADE E INTERVENÇÕES URBANÍSTICO-AMBIENTAIS NO IMAGINÁRIO DOS MORADORES

O objetivo deste capítulo é proceder a análise das práticas discursivas encontradas entre os moradores das áreas estudadas do Paracuri, especificamente artesãos e lideranças locais das áreas de produção artesanal e ocupantes das margens e do entorno imediato dos rios Paracuri e Livramento, procurando identificar, na maneira pelas quais são evocadas noções ligadas à “questão ambiental” ou à “sustentabilidade urbana”, elementos discursivos elucidativos sobre a forma de abordagem da temática ambiental que permeia o imaginário destes moradores.

Os três subgrupos dentro do aqui chamado grupo dos moradores são: 1) artesãos que moram na rua Soledade e entorno (principal corredor de produção e venda do artesanato cerâmico); 2) lideranças locais; e 3) moradores das duas áreas de ocupação mais recentes – Guará e Central Park - situadas às margens da rodovia Arthur Bernardes e que acompanham as margens e o entorno imediato dos rios Paracuri e Livramento (ou Uxi, como é chamado pelos moradores).

2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES DE CAUSALIDADE PELOS MORADORES

As relações de cada um dos três subgrupos do grupo dos moradores com a gestão municipal se mostraram bastante diferenciadas. O subgrupo dos artesãos que não eram lideranças engajadas nas discussões do Congresso da Cidade apresentou uma postura mais próxima da condição de expectador, delegando às lideranças sua representação nas lutas para consolidar o Paracuri como pólo turístico apoiado no artesanato cerâmico.

Já aqueles artesãos e lideranças populares que atuam nos movimentos de bairro, bem como os que atuam diretamente nas instâncias de representação do Distrito de Icoaraci no Congresso da Cidade, além de terem perfil mais informado, graças aos processos formativos desenvolvido no Congresso, são os que mostram exercer um maior poder de organização e pressão no sentido de aprovar as demandas do Paracuri.

Dentre os três subgrupos aqui estudados, este foi o que mais assumiu uma postura de sujeito, com participação mais ativa e mais decisiva no processo de reconhecimento das demandas do Paracuri pela gestão municipal. Também foi nos discursos de indivíduos deste grupo que percebemos articulações mais estruturadas em termos de caracterização de relações de causalidade e de propostas de intervenções urbanísticas de interesse turístico e de recuperação ambiental para o Paracuri.

O subgrupo dos moradores das áreas de ocupação mais recente das margens dos rios e entorno imediato foram os que apresentaram menor habilidade para elaborar relações de causalidade e estruturar mentalmente possibilidades de intervenção. Sua postura em relação à gestão é mais passiva, como a de um observador distante, não informado, nem mesmo interessado em assuntos como “problemas ambientais”, tendo uma fraca esperança de que o governo municipal venha a intervir no local para promover melhorias de infraestrutura, tipo de intervenção mais citada entre eles.

Os moradores da rua Soledade (principal corredor de produção e venda do artesanato cerâmico de Icoaraci), bem como de seu entorno imediato, definem-se a si mesmos como moradores do Paracuri e classificam os moradores das ocupações da rodovia Arthur Bernardes como invasores das margens dos rios.

Os moradores das margens dos rios, por sua vez, definem-se a si mesmos como moradores das áreas de ocupação Guará e Central Park, não identificadas por eles como sendo pertencentes ao Paracuri. Para eles, a designação Paracuri refere-se apenas ao perímetro de produção e venda de artesanato cerâmico, ou seja, rua Soledade e entorno.

Entre os artesãos moradores do Paracuri situados na rua Soledade e entorno e entre as lideranças locais, o “problema ambiental” é visto como o fato de que o acesso à retirada de argila para a produção artesanal está cada vez mais difícil, por causa da presença crescente de áreas de invasão às margens dos rios. Também vêem estas áreas de invasão como destruidoras da paisagem e dos recantos de lazer ligado à natureza, antes usufruídos pelos moradores mais antigos. Outro “problema ambiental” que prejudica o desenvolvimento da atividade artesanal são os constantes alagamentos em decorrência das péssimas condições de drenagem na área.

Já entre os moradores das ocupações das margens dos rios (Guará e Central Park) o “problema ambiental” está em fatores que ameaçam ou prejudicam sua permanência na área, tais como: a) o fato de a área ser de preservação permanente, sob responsabilidade federal, que faz com que estes moradores se sintam sempre ameaçados por possíveis ações de remoção; b) os alagamentos frequentes devidos à influência da maré; c) a falta de infraestrutura propriamente urbana, como asfalto e drenagem; d) a própria existência das matas, vistas, por alguns, como matagal inútil, indesejável e até perigoso.

Evans (2002)¹ nos fala do perigo de se falar sobre “comunidades” sem especificar seu *status* socioeconômico. Comunidades urbanas de classe média são privilegiadas, tanto em função da disponibilidade de recursos humanos de que

¹ cf. Peter Evans, “Political strategies for more livable cities: lessons from six cases of development and political transition”, *In: Peter Evans, Livable cities?: Urban struggles for livelihood and sustainability*, 2002, p. 225-226, tradução nossa.

podem se beneficiar internamente, quanto em suas articulações com as elites e suas organizações. As comunidades mais pobres contam apenas com seu baixo poder de pressão para reivindicar o direito à sobrevivência, e isto as separa da classe média, mais privilegiada neste campo.

Entre os moradores das porções do território do Paracuri onde se concentra a produção artesanal, aqui representados por lideranças locais e artesãos, a atribuição de significado ao local é diferenciada em função de fatores como o nível de inserção nas esferas participativas do governo municipal, o tempo de residência na área, a ligação com a atividade artesanal etc.

Entre os que moram há mais tempo no Paracuri, principalmente aqueles ligados à atividade artesanal, está presente um sentimento saudosista com relação à paisagem natural tal como representada antes da ocupação das margens dos rios Paracuri e Livramento e de seu entorno imediato. Lembranças associadas à infância e à juventude povoam os discursos. O Paracuri é lembrado como o espaço do banho, do lazer, o espaço da sociabilidade das poucas famílias de oleiros que aí existiam até a década de 1970².

As águas eram transparentes, elas eram muito limpas e transparentes, inclusive aonde eu tenho minha olaria, lá tinha um poço, um poço de areia, todo de areia e aos domingos tinha uns amigos que iam passar a manhã toda lá, comendo, e tomando bebida, e levando rádio, e levavam gravador, e toca-fita, eles escutavam música, levavam carne pra assar, faziam churrasco, passavam a manhã toda na beira do rio. Hoje em dia... (informação verbal)³.

No significado atribuído ao Paracuri nos discursos de alguns destes moradores é perceptível sua valoração como importante patrimônio ambiental a ser recuperado, preservado para a fruição contemplativa por todos. Em sua visão, este seria um espaço dotado de amenidades cada vez mais escassas em Belém e

² A maneira de obter acesso à argila para viabilizar a produção artesanal, levou a abertura de caminhos pela mata até as margens do igarapé, os quais possibilitaram a instalação das primeiras casas de madeira, na década de setenta. cf. Andréa Pinheiro e Marcos Bittencourt, Redesenhando o Paracuri: propostas para a qualificação ambiental do bairro, 1998, p.24.

³ Informação fornecida por uma liderança comunitária que mora nas áreas de produção artesanal.

possível referencial para o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer, sendo, portanto, ainda sob seu ponto de vista, desejável a “preservação” desta ameaçada parcela do “meio ambiente” dos efeitos perversos da expansão da ocupação humana desordenada⁴. Esta maneira de atribuir significados ao Paracuri parece remeter à idéia de “sustentabilidade” enquanto perspectiva de fazer permanecer a existência de sítios naturais dotados de significados relativos à ligação simbólica com o passado, o que denota um desejo de construção de identidade referenciada ao lugar.

Ao identificar algumas das matrizes discursivas mais correntes relativas à noção de sustentabilidade urbana, Acselrad (2001)⁵ situa o que chama de modelo do patrimônio dentro da matriz discursiva que atribui àquela noção associações simbólicas da idéia de cidade como espaço da “qualidade de vida”. Assim, surge a referência ao estado dos elementos que compõem o meio material daquela porção do território, citando-se a qualidade estética da água e do solo, valorizada graças à sua oposição com relação aos espaços já alcançados pelos processos de urbanização e periferização, numa tácita evocação da noção de “natureza” em oposição ao espaço urbanizado.

Ao mesmo tempo está presente de forma associada à dimensão da materialidade do espaço, a dimensão imaterial da cidade, relativa aos processos de estabelecimento e permanência de laços de sociabilidade, muitas vezes construídos nos momentos de trabalho e reconstruídos sob outros elementos de agregação nos momentos de ócio, a partir da fruição de fontes de satisfação simbólica, como o compartilhamento de gostos, hábitos e maneiras em seu espaço social.

⁴ Esta abordagem a partir da problemática da escassez está presente também em discursos das organizações comunitárias, veiculados pela mídia. Um artigo de jornal, fala da intenção do Centro Comunitário do Paracuri (CCP), de criar a “Reserva Ecológica do Paracuri”, a fim de “preservar a natureza” e recuperar aquele espaço que sofre com a “degradação ambiental”, apontando como causa principal deste “problema ambiental” as invasões que vêm ocorrendo na área e propondo a criação de uma unidade de conservação, abrangendo uma área de 180 hectares em Icoaraci com o objetivo de “preservar” o que, no entendimento dos moradores, seria o “o último espaço de equilíbrio ambiental na área metropolitana de Belém”. cf. Icoaraci pode ganhar reserva ecológica com 180 hectares, *A Província do Pará*, 1995.

⁵ cf. Henri Acselrad, “Sentidos da sustentabilidade urbana”, *In: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*, 2001, p.44.

Além da importância para o “equilíbrio ambiental” e seu valor paisagístico e ambiental, segundo algumas lideranças ligadas à atividade artesanal, a importância do rio Paracuri para a cidade de Belém reside também no fato de ele ser a fonte de argila, base da produção cerâmica, a qual, na visão deles, é uma atividade importante porque, além de ser a base de sustento de muitas famílias, gera renda para a cidade, em função da atração de turistas interessados no artesanato cerâmico de Icoaraci.

A percepção do problema ambiental do Paracuri presente nos discursos de algumas lideranças é permeada por uma abordagem muito próxima àquela encontrada nos discursos de alguns assessores técnicos do governo. Percebemos uma ênfase ao processo de expansão da ocupação humana como causa da “degradação ambiental”.

Esta forma de abordagem traz uma concepção mais ou menos explícita a respeito dos chamados problemas ambientais urbanos que, por um lado, culpabiliza a pobreza, ao aludir aos prejuízos ambientais causados pela ocupação das áreas simbolicamente significadas como passíveis de preservação para fruição paisagística, e, por outro lado, denuncia a ineficiência das políticas urbanas para evitar ou corrigir tais situações.

Segundo o discurso de alguns dos moradores que habitam as áreas de produção artesanal, um dos principais “problemas ambientais” do Paracuri é o fato de que cada vez mais está sendo dificultado o acesso às margens dos cursos d’água do Paracuri para a retirada da argila necessária à atividade artesanal. Assim, segundo o entendimento destes moradores, um dos maiores problemas ambientais é a presença de ocupantes nas margens do Paracuri, que dificultam o livre acesso à argila aos “barreirenses”, prejudicando toda a produção cerâmica artesanal local.

Também denunciam como um problema ambiental as precárias condições de habitabilidade a que estão expostos, como a falta de saneamento básico, o difícil acesso ao transporte público, a falta de segurança e de iluminação pública. Alguns dos artesãos freqüentemente se queixam das dificuldades para transportar as peças cerâmicas, em função das péssimas condições de tráfego das vias de circulação⁶.

Segundo se percebe nos discursos de alguns moradores deste grupo, as relações de causalidade estabelecidas na análise do problema do Paracuri, remetem principalmente à acusação de omissão do poder público municipal no sentido de solucionar os “problemas ambientais” na área, que seriam: 1) as condições precárias do saneamento, especialmente referidas aos constantes alagamentos e 2) as áreas de ocupação que dificultam o acesso à argila, base de sua atividade econômica.

Segundo sua visão, estes “problemas ambientais” causam prejuízos aos artesãos. O primeiro porque desmotiva a visita de turistas e dificulta o transporte das peças de artesanato; o segundo porque dificulta aos barreirenses o acesso às margens dos cursos d’água para a extração da argila. O olhar de alguns moradores deste grupo da comunidade local, ao classificar algum aspecto do Paracuri como “problema ambiental”, demonstra uma ênfase sobre fatores que comprometem ou dificultam o desenvolvimento da atividade artesanal, sua principal fonte de sobrevivência.

⁶ Para emprestar maior legitimidade às suas denúncias, as entidades comunitárias acionam a imprensa escrita a fim de mostrar as condições precárias de habitabilidade a que estão expostos os moradores do Paracuri. Além dos problemas de saneamento e de trafegabilidade, são freqüentes as queixas com relação a insegurança e ação de gangues, iluminação pública deficiente e dificuldade de acesso ao transporte coletivo. cf. Moradores do Paracuri I denunciam abandono, O Liberal, 2002; cf. Moradores do Paracuri se queixam, na Câmara, da falta de saneamento, O Liberal, 2002.

No discurso de algumas lideranças, buscando explicar a causa da situação do Paracuri no que tange às ocupações urbanas e à questão ambiental, estão presentes desde argumentos de caráter mais amplo como “problema econômico”, “baixa renda”, “falta de política habitacional”, “explosão demográfica”, até aqueles mais restritos ao que seria correntemente compreendido como propriamente “ambiental”, como a não aplicação, pelo poder público, da “lei ambiental” – acionada aqui para se referir à garantia do usufruto público de possíveis amenidades ambientais -; a ausência de “fiscalização” – no caso, de controle da apropriação do espaço ambientalmente valorizado -; e ainda a ausência de política de “educação ambiental”.

Seus discursos se aproximam de concepções que entendem a questão ambiental segundo uma abordagem consensualista vista como decorrência do reconhecimento da “verdade” revelada por meio do acesso às informações “científicas” necessárias à tomada de “consciência ambiental”.

Esta forma de abordagem parte de uma leitura segundo a qual o conhecimento das informações científicas pelos diversos setores da sociedade conduziria a uma crescente tomada de consciência decorrente do reconhecimento da irrefutabilidade dos diagnósticos indicadores do estado dos elementos do meio material evidenciadores de uma “crise ambiental” localizada, a partir de cuja constatação poderiam ser construídos consensos em torno de futuros comportamentos dos diversos atores, independentemente dos recortes de classe social que os segmentam, visando o “interesse de todos”, indistintamente significado.

Freqüentemente as comunidades que vivem nas áreas de ocupação mais recente, que se estabeleceram às margens dos rios nas últimas décadas, são apontadas como causadoras da “degradação ambiental” do Paracuri.

Essas pessoas, geralmente devido a essa falta de conhecimento delas, elas prejudicam o meio ambiente. E por falta de uma política realmente

habitacional eles constroem casa no canal, assoreiam tudo (informação verbal)⁷.

Percebemos em tal discurso uma tentativa de articular questão ambiental, pobreza e crescimento demográfico, este último visto como causa da existência e da reprodução da pobreza, além de uma alusão à falta de “educação ambiental”, vista como parte das providências necessárias para evitar “problemas ambientais” tais como o do Paracuri.

Nos discursos das lideranças, tanto as menções às causas de caráter mais amplo, quanto àquelas alusivas mais estritamente a abordagens correntes da questão ambiental, ainda que tenham alguma estruturação discursiva, se mostram acrílicas e sem fundamentação analítica. Não são consideradas as diferenciadas maneiras de apropriação real e simbólica pelos diferentes grupos sociais relativas à temática ambiental urbana, e mais especificamente relativas ao caso do Paracuri⁸.

Da mesma forma, não são consideradas as relações de causalidade mais estruturais onde interagem os pressupostos fundantes da opção de sociedade vigente, as decorrências destes em termos dos condicionantes impostos às dinâmicas e processos de produção e apropriação do espaço urbano, bem como os processos sócio-históricos de atribuição de significados que resultam em esquemas classificatórios capazes contribuir para manter ou alterar a configuração do campo de forças onde se trava a disputa simbólica em torno da legitimação de formas de apropriação do capital material da cidade.

Os moradores das áreas de ocupação recente, localizadas no entorno imediato e nas margens dos rios Paracuri e Livramento, e que não estão

⁷ Informação fornecida por um morador do entorno da rua Soledade.

⁸ Como sustenta Bourdieu (1996), entretanto, o mundo social com suas divisões, é produto de um processo de construção individual e coletivo, acontecido em meio à cooperação e ao conflito cf. Pierre Bourdieu. Razões Práticas: sobre a teoria da ação, 1996, p. 19.

inseridos em nenhum tipo de movimento popular ou comunitário, por sua vez, além de terem uma visão bem diferente daquela das lideranças, apresentam opiniões distintas entre si, dependendo da natureza da relação estabelecida com o rio e com a mata. Belém tornou-se o centro de provisão de serviços, inclusive para a população de estados vizinhos, estimulando altos níveis de imigração de populações carentes, levando à localização de setores de baixa renda em assentamento informais situados em terras públicas e privadas de áreas alagáveis⁹.

Os moradores da área de ocupação recente que moram nas áreas de várzea, vindos de outros bairros de Belém, do interior do estado ou de outros estados, dizem que o local de moradia é bom porque não há violência, é um lugar tranqüilo. Mas a “maré” é um incômodo muito grande, do qual gostariam de se livrar. Uma moradora de uma das ocupações de várzea afirmou “(...) era melhor acabar logo com esse rio aí, aterrar tudo, tirar essa mata...; pra quê que serve essa mata aí...?”¹⁰.

Estes moradores afirmam morar lá porque foi a única alternativa disponível para fugir do aluguel, outros para fugir da violência de outros bairros, outros ainda para sair da casa de parentes. Em geral vieram de outros bairros pobres de Belém e têm uma relação de hostilidade com o rio, por causa da “maré”.

Tinha vontade de me mudar, e muito... E quando chega esse tempo de inverno, a maré enche tudinho isso aqui, fica parece um rio, eu ainda não estou acostumada com isso. Olha isso [a mata] vai longe, é grande, e os rios também são grandes. Tem uma braçazinha que pega aí e tem o principal mesmo (informação verbal)¹¹.

Para os moradores das margens dos rios que migraram do interior do estado, onde aprenderam a lidar com a pesca, a relação direta com os cursos

⁹ cf. Ana Cláudia Cardoso, Espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém, 2007: p. 14.

¹⁰ Informação fornecida por uma moradora do Parque Guará, área de ocupação da Rod. Arthur Bernardes.

¹¹ Informação fornecida por uma moradora do Parque Guará, área de ocupação da Rod. Arthur Bernardes.

d'água tem uma grande importância para sua própria sobrevivência, pois daí eles tiram normalmente pequenos peixes, camarão e siri, e das matas coletam o açai. Afirmam que quando está "no tempo" eles conseguem tirar uma grande quantidade que dá não só para consumo próprio como para comercialização nas feiras próximas e nas margens da rodovia Arthur Bernardes.

O pessoal que pesca ali pro matadouro, eles pegam (camarão). Tem gente que bota muito matapi e pega muito pra vender. No Porto do Uxi tem gente que passa de canoa de madrugada, eles vêm de lá tarrafeando. E aqui p'rá dentro, tem gente que joga rede aqui no meio do rio. Tem um pessoal que pesca nesse rio há muito tempo; eles só vivem disso (informação verbal)¹².

A definição do problema ambiental do Paracuri para este sub-grupo da comunidade local está no fato de que, segundo acreditam, a Marinha estaria planejando remanejar aquelas famílias que moram nas margens e nos leitos dos rios, visto que é proibido morar nestas áreas. O problema ambiental que eles apontam é o fato de ser proibido estabelecer moradia nas margens dos rios frente às suas necessidades de estar aí localizados e de ter acesso livre aos recursos dos rios e da mata do Paracuri, suas fontes de sobrevivência.

Para estes moradores, os rios e a mata não são apenas fonte de subsistência, como também local de moradia, trabalho e lazer, representando em alguns casos uma forma de reproduzir um modo de apropriação dos cursos d'água semelhantes àqueles antes vivenciados por eles como ribeirinhos no interior do Estado, enquanto esperam por melhores condições de acesso aos benefícios prometidos pelo simbolismo do meio urbano. Abaixo temos algumas ilustrações que demonstram a presença de uma forma de habitar que remonta ao modo ribeirinho amazônico de viver e se relacionar com o seu território.

¹² Informação fornecida por um morador do Central Park, área de ocupação da Rod. Arthur Bernardes.



Ilustração 3 – Fotografia das palafitas do Paracuri: localizadas às margens dos rios, os quais servem ao mesmo tempo de esgoto e de fonte de alimento e de captura de recursos pesqueiros para comercialização em feiras próximas (Foto: Cláudia Gaia).



Ilustração 4 – Fotografia dos pescadores do Paracuri: sobrevivem da captura do camarão e outros recursos do Paracuri (Foto: Cláudia Gaia).

Para eles, o assunto mais temido é remanejamento. Temem ser remanejados para um conjunto habitacional, visto que, em geral, os conjuntos construídos para este fim são localizados de forma socioespacialmente isolada, com pouca acessibilidade aos locais de moradia das classes médias, onde se encontram possibilidades do exercício de trabalho doméstico, trabalho informal e outros serviços que exigem baixa qualificação, além do fato de que teriam de passar a pagar impostos e taxas.

Já ouvi falar que vão tirar esse pessoal que mora aqui na beirada todinha. Ia ser cruel sem trabalho. Aqui a gente pega dois matapis, joga na maré aí, quando vê, está cheio de camarão; já no conjunto não dá pra sobreviver (informação verbal)¹³.

Por outro lado, no caso do Paracuri, além destes fatores, muitas famílias de baixa renda ou sem renda vêm nestes espaços a possibilidade de usufruir dos recursos da mata e dos cursos d'água, como o açaí e os recursos pesqueiros. Para estes grupos com menor acesso à informação, mesmo àquela circunscrita ao âmbito do senso comum informado, a discussão do Paracuri enquanto problema ambiental urbano, não apenas não têm relevância, como nem mesmo chega a fazer sentido. Este é o caso daqueles moradores que estão morando às margens dos rios e daqueles que já começam a avançar para o leito dos mesmos, bem como daqueles que se localizam no entorno mais imediato a estas áreas e que não têm nenhum tipo de contato mais sistemático com lideranças ou integrantes do movimento popular e simplesmente não estão interessados neste tipo de discussão.

A forma como estes moradores se apropriam da área, tanto na dimensão material quanto na dimensão simbólica é bem diversa da forma como os moradores ligados ao movimento popular e à produção artesanal o fazem. Para estes moradores das áreas de ocupação recente, o ato de se instalar em palafitas às margens do Paracuri, representou a possibilidade de morar num lugar com baixos registros de violência, segundo afirmam, contradizendo a percepção que os outros

¹³ Informação fornecida por um morador do Central Park, área de ocupação da Rod. Arthur Bernardes.

grupos têm a respeito deste problema no bairro. O espaço social no qual estas pessoas estão inseridas é caracterizado por um baixo capital econômico e cultural. No seu universo simbólico não há lugar para planejar o futuro e até mesmo expressar expectativas mínimas com relação a este futuro parece um grande esforço mental, se não desnecessário. A temporalidade limita-se à sobrevivência no curtíssimo prazo. No imaginário daqueles que vieram do interior em busca de “uma vida melhor”, a capital vai lhes oferecer isto, mas não sabem nem como, nem quando isto irá acontecer.

Em decorrência do fato de que momentos de interação com grupos sociais inseridos em outros pontos de espaço social, caracterizados por uma maior dotação do que Bourdieu chama de “capital global”, sejam praticamente inexistentes, sua forma de compreender e abordar assuntos relativos àquilo que chamamos de questão ambiental, escapa aos esquemas classificatórios do meio acadêmico, do poder público municipal, da mídia e de outros formadores de opinião. Todo repertório discursivo que permeia a discussão da questão ambiental não alcança aquele universo sócio-cultural no qual estão mergulhados.

2.2 INTERVENÇÕES URBANÍSTICO-AMBIENTAIS NO IMAGINÁRIO DOS MORADORES

A visão segundo a qual as cidades devem desenvolver suas potencialidades e aproveitar suas oportunidades referenciadas na competição entre cidades, está por trás das tentativas de torná-las “de especial interesse turístico”, qualificação necessária ao acesso a fontes de financiamento de projetos voltados ao fomento da atividade turística. Para tanto vale acionar os atributos de “qualidade ambiental”, a cultura local, o patrimônio material e imaterial, paisagens e amenidades que somadas denotariam um lugar passível de classificações associáveis à noção de “cidade sustentável”, que significaria, para as formas correntes de pensamento, um avanço no processo de construção da “qualidade de vida” no campo urbanístico e ambiental nas cidades.

Para algumas lideranças das áreas de produção artesanal, a extração da argila não causa nenhum dano ao ambiente e, no seu entendimento, o governo municipal deveria buscar mecanismos legais para garantir a conservação da área, retirando os ocupantes e impedindo novas invasões a fim de garantir o livre acesso à argila pelo produtor artesanal, pois a sua atividade seria essencial para garantir o sustento de muitas famílias do Paracuri, segundo argumentam. No trecho transcrito abaixo, um líder comunitário cita algumas frentes de atuação do governo municipal de então com relação à questão ambiental, que deixam transparecer uma preocupação quantitativista quanto à relação entre crescimento demográfico e estoque de recursos disponíveis para a atividade econômica local, o que tem como decorrência propostas de ações de “educação ambiental” restritas ao estado dos elementos do meio material, e a definição de políticas de contenção do crescimento demográfico.

O que eu tenho observado de interesse da Prefeitura p’rá área do Paracuri mesmo é a discussão do meio ambiente, educação ambiental e o desenvolvimento da cerâmica, a valorização da cerâmica no Paracuri; e tenho observado junto com a FUNPAPA¹⁴ uma discussão sobre a questão do planejamento familiar, esses engravidamentos precoces, que faz essa indústria de miséria crescer cada vez mais (informação verbal)¹⁵.

As freqüentes alusões feitas no âmbito do governo municipal à temática do crescimento populacional como causa explicativa do chamado “problema ambiental do Paracuri” nos remetem a concepções correntes no debate ambiental a respeito da suposta objetividade de uma crise ambiental, resultante da “pressão antrópica” sobre a “capacidade de suporte” do território, ou seja da “relação quantitativa neomalthusiana entre população e território”¹⁶. A análise da situação problemática, sob esta ótica, se dá com base em indicadores objetivos de cunho quantitativo confrontando-se o *status* de uma dada situação anterior ao incremento populacional, com aquela posterior a este. Neste segundo estágio, a situação passa

¹⁴ Fundação Papa João XXIII. Órgão responsável pela política de assistência social no âmbito municipal.

¹⁵ Informação fornecida por uma liderança comunitária que mora nas áreas de produção artesanal.

¹⁶ cf. Henri Acselrad, “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais” *In*: Henri Acselrad (org.), Conflitos ambientais no Brasil, 2004a, p. 13.

a ser considerada como problemática em decorrência da emergência da temática ambiental como uma construção social que colocou em evidência o tema da escassez relativa aos elementos da base material das sociedades e das cidades.

Esta abordagem da relação entre sociedade e território limita-se, porém, a uma visão fetichizada do mundo material, onde os esforços analíticos parecem não alcançar as implicações das relações sociais e do caráter cultural envolvidos na definição do modo como se dão as relações entre espaço urbano e sociedade, resultando numa aproximação objetivista das situações tidas como ambientalmente problemáticas no campo das discussões sobre o urbano.

É perceptível, no discurso das lideranças, o desejo de se desenvolver no Paracuri o que chamam de “pólo turístico”, cujas bases de sustentação seriam o artesanato cerâmico, os atrativos naturais dos rios e da mata do Paracuri. Daí a alusão recorrente à questão do saneamento e da recuperação ambiental, tomando como exemplo as soluções que foram dadas ao rio Tucunduba e as estações de tratamento de esgoto construídas pela Prefeitura em outras áreas da cidade.

Um dos objetivos de algumas lideranças daqui do distrito é o desenvolvimento do distrito. Principalmente numa região que é propícia pro turismo, eu fico muito preocupado com essa questão da degradação dos canais, dos rios; poderíamos fazer nos nossos rios a mesma coisa que ele (o prefeito) fez no Tucunduba. A população de Icoaraci deve lutar é por uma rede de esgoto, uma estação de tratamento de esgoto como tem na Pratinha e como tem no Mosqueiro, pra que não se jogue nos rios dejetos que poderiam ser destinados a outro lugar (informação verbal)¹⁷.

Também ligada à atividade artesanal e ao turismo, a questão da “degradação” dos rios pela expansão da ocupação é acionada como reforço discursivo para justificar as propostas de solução que possam levar à recuperação ambiental e à valorização turística da área onde se concentram os produtores artesanais.

¹⁷ Informação fornecida por uma liderança comunitária que mora nas áreas de produção artesanal.

Não são, por certo, consideradas as causas estruturais, as dinâmicas e processos que definem a distribuição das classes no espaço urbano – padrão de domínio sobre o espaço urbano – o que vai ter implicações sobre os modos de apropriação escolhidos ou possíveis aos diferentes grupos sociais.

As formas correntes de abordar a questão ambiental urbana estabelecem relações de causalidade explicativas do surgimento dos problemas ambientais urbanos que apenas relacionam entre si os efeitos indesejáveis do desenvolvimento urbano, chamadas por Foladori (2001a)¹⁸ de causas aparentes, sem analisar as causas estruturais ligadas ao padrão de distribuição de poder de domínio sobre o espaço urbano.

Em decorrência desta miopia analítica das relações de causalidade envolvidas na problemática, o imaginário das intervenções urbanístico-ambientais transita entre ações que tendem a se reduzir a um programa de remediação ambiental e de correção ou eliminação das consequências ambientais negativas do crescimento urbano¹⁹, enquanto é mantida a integridade do modelo de produção e apropriação do espaço urbano fundado na lógica mercantil.

Esta forma conservadora de analisar a questão ambiental urbana tende a não considerar a lógica política que orienta a distribuição desigual das condições de acesso ao solo seguro e às redes de infraestrutura entre as diversas classes em que é dividida a cidade, desconsiderando-se, assim, as articulações entre degradação ambiental e injustiça social.

Os mecanismos de valorização fundiária e de deslocamento dos estratos sociais mais pobres para as parcelas sobrantes da cidade interagem com o padrão vigente de domínio do espaço urbano e os níveis de desigualdade presentes

¹⁸ cf. Guillermo Foladori, Sustentabilidad urbana y productividad social, 2001^a, tradução nossa.

¹⁹ cf. Robert Lake, *Contradictions at local scale: local implementation of Agenda 21 in the USA*, In: Nicholas Low et al, Consuming cities: the urban environment in the global economy after the Rio Declaration, 2000. p. 80-82, tradução nossa.

na estrutura de distribuição de poder, entre os diversos grupos sociais, sobre as possibilidades de acesso, uso e controle dos componentes do capital material da cidade.

Percebemos presente, nesta forma de abordagem, o recurso a noções ligadas à questão ambiental de maneira circunscrita às discussões pragmáticas que procuram conciliar a conservação dos “recursos ambientais” com o desenvolvimento econômico, o que significa uma aproximação às formas discursivas próprias aos marcos do que se tem chamado de “modernização ecológica das cidades”.

Uma abordagem normativa permeia os discursos alusivos ao tratamento dos “problemas ambientais” urbanos, apoiada numa visão patrimonialista dos “recursos ambientais”, cuja fruição estética e paisagística passou a ser vista como “direito” das populações urbanas.

Falta uma consciência. A lei existe, mas falta alguém que implemente isso, p'rá que nós possamos usufruir desse nosso patrimônio, a recuperação dos rios p'rá devolver para a população uma coisa que é importante p'rá nós²⁰.

A idéia de que situações que entrelaçam pobreza e meio ambiente, tidas como problemas ambientais urbanos, seriam efeitos de uma falta de “consciência” é própria de uma abordagem objetivista que vê a tomada de “consciência ambiental” como decorrência natural da percepção da ameaça de escassez, apoiada na produção de indicadores ditos objetivos a seu respeito.

A noção de que o não cumprimento de leis relativas ao meio ambiente também seria uma das causas da degradação ambiental na área nasce, em parte, do mesmo objetivismo que empresta também às instituições jurídicas a autoridade correntemente atribuída à ciência e à mídia para a discussão das

²⁰ Informação fornecida por uma moradora do entorno da rua Soledade.

questões ambientais, sem atentar para o fato que tanto a produção social do direito como os mecanismos de sua aplicação são atravessados por processos sociopolíticos caracterizados pela assimetria de poder.

Por consequência desta visão, as soluções vislumbradas passam a incluir a implementação de políticas que garantam, a um só tempo, a formação desta dita “consciência ambiental” e o cumprimento das regras definidas com “objetividade”, em nome e para o bem de “todos”.

Também está presente o uso da “marca” Amazônia como portadora de potenciais de rentabilização via construção imagética do lugar voltada para o desenvolvimento do turismo e que, por acréscimo, traria outros ganhos ligados à noção de “qualidade de vida”.

Um dos objetivos que a gente tem, é que aqueles rios sejam desassoreados, sejam revitalizados pra que o turista possa até passear por eles. Já imaginou ter esses rios navegáveis!? É uma coisa bonita de ser ver. O turista, o europeu, quando ele vê, fica fascinado com isso. Então estamos destruindo algo que poderá ser rentável no futuro. Na Amazônia se pressupõe o quê? Matas, rios e o povo cuidando bem dessas propriedades. Segundo pessoas entendidas na área, só o fato de você ter uma vista verde, aquilo te tranquiliza, deixa com uma melhor expectativa de vida. E é verdade, né? (informação verbal)²¹.

Uma alusão fetichista com relação à Amazônia e o recurso a seu nome como vocacionada à contemplação turística também é acionada como justificção para a ação de recuperação dos rios que em conjunto com a mata constituiriam um cenário capaz, por si só, de trazer benefícios de ordem subjetiva aos que puderem apreciá-lo.

As alusões às noções ligadas à questão ambiental aqui se prestam para apresentar a possibilidade de transformar o Paracuri em um local onde se

²¹ Informação fornecida por uma liderança comunitária que mora nas áreas de produção artesanal.

possam desenvolver atividades “rentáveis”. Isso seria um argumento suficientemente forte para que o “povo” cuidasse deste “patrimônio ambiental”.

Isso confirma, mais uma vez, que a discussão ambiental no âmbito das cidades mais correntemente paira sobre a noção de valorização de amenidades, significando elementos que passaram a ser compreendidos como componentes daquilo que se evoca pela noção de “qualidade ambiental”, a qual, por sua vez, passou a compor a gama de atributos que na cidade são vistos como componentes do que se convencionou chamar de “qualidade de vida”.

Os discursos dos moradores das áreas de produção artesanal remetem muito diretamente aos momentos participativos de discussão dos problemas das comunidades locais em eventos promovidos pelo governo municipal, chegando ao elogio da atuação do governo municipal de então no sentido de criar oportunidades para o que era propugnado por este como “socialização do conhecimento”, levando, inclusive, à defesa da idéia de que isto deveria ser feito de forma mais freqüente.

A minha preocupação também é que hoje nós sabemos, por alguns seminários que a gente faz, a importância das águas nesse planeta, e nós estamos poluindo tanto a subterrânea quanto a de superfície; quer dizer, falta uma consciência (informação verbal)²².

Nos discursos das lideranças é corrente o recurso a uma abordagem da questão ambiental fundamentada no saber científico de setores do meio acadêmico como a geologia, a hidrologia e outras afins bem como às tecnologias fundadas sobre os Sistemas de Informação Georreferenciados, sendo perpassada por uma percepção de crise ambiental das cidades e de temas recorrentes nas discussões a respeito da questão ambiental, como a chamada crise de água potável.

²² Informação fornecida por uma liderança comunitária que mora nas áreas de produção artesanal.

O aplauso das lideranças a este tipo de iniciativa do governo, vista como um processo de democratização do acesso ao conhecimento das “verdades” produzidas no âmbito da academia, demonstra o reconhecimento dado por estas ao saber científico. O desejo de que estes momentos de debate político fossem freqüentes mostra a sede de partilhar do capital cultural próprio a grupos sociais situados num ponto do espaço social visto como superior pelos que não têm acesso às mesmas quantidades deste tipo de capital.

A visão de “sustentabilidade urbana” presente no discurso das lideranças sob influência das discussões do Congresso da Cidade propugna o aproveitamento econômico de atributos e amenidades do meio material revalorizados graças a um processo de ressignificação possível após a emergência da noção de sustentabilidade - e de seus correlatos “sustentabilidade urbana” ou “cidade sustentável” - entendida correntemente como uso eficiente dos elementos do meio material, frente à ameaça de escassez.

Esta forma de abordar a questão ambiental urbana que atravessa os discursos de algumas lideranças, a partir do ponto de vista da fruição estética e da valorização paisagística de amenidades ambientais vem ao encontro dos interesses dos partidários do projeto liberal de cidade, para quem interessaria a abertura de novas frentes de acumulação via valorização imobiliária, ligadas ao processo de ressignificação e valorização de elementos do meio material, tanto do ponto de vista patrimonial, quanto do ponto de vista paisagístico.

Ao mesmo tempo em que municia seus discursos com categorias de percepção e julgamento capazes de justificar as escolhas técnicas de certos modelos de intervenções urbanísticas através do acionamento do recurso discursivo à noção de sustentabilidade urbana, esta forma de abordagem acaba por reforçar um tipo de visão da relação entre pobreza e meio ambiente em que a primeira é culpabilizada e as soluções propostas incluem uma espécie de “higienização estética”, no sentido da retirada da feiúra da pobreza e do velamento de suas

causas, que numa perspectiva mais estrutural, são inerentes ao modelo capitalista de cidade e de sociedade.

Está presente nos discursos a concepção de que um processo de requalificação urbanística e ambiental seria de interesse de “todos” os habitantes da cidade indistintamente, em decorrência dos supostos benefícios para a “qualidade ambiental” da cidade ou para a “sustentabilidade urbana”. Por outro lado, está ausente qualquer análise crítica relativa à percepção das interfaces entre o modelo hegemônico de sociedade, o padrão dominante de distribuição e de acesso ao espaço urbano qualificado e o processo de construção sócio-histórica de contextos socioespaciais tais como o Paracuri.

Desta forma, não são mencionadas entre as lideranças as diferentes formas possíveis de relações materiais e simbólicas estabelecidas entre o homem e o território em que está situado, entendendo-se que uma intervenção urbanística e sanitária na área, através de ações de remanejamento, bastaria para dar a todos os moradores das áreas de várzea e das margens dos cursos d'água, indistintamente, melhores condições de inserção no modo de vida urbano, com graus de satisfação aceitáveis.

Percebemos que o discurso ambiental que permeia a fala das lideranças a respeito da problemática do Paracuri, sofreu influência das discussões que se desenrolaram no Congresso da Cidade, onde se deu início, após os poucos anos em que se teve a experiência do Orçamento Participativo, a um processo de planejamento chamado de Congresso da Cidade, que objetivava, na fala dos representantes do governo municipal de então, estender a participação popular para além do simples processo de definição de demandas por obras e serviços.

Tanto o Congresso da Cidade, quanto outros momentos de discussão e formação promovidos pelo governo municipal, buscavam alcançar,

sobretudo, uma “qualificação” da participação popular, recorrendo, muitas vezes, ao auxílio de representantes do meio acadêmico para o debate de temas relativos às políticas públicas, as quais eram organizadas em eixos, incluindo entre estes o “Eixo Urbanístico e Ambiental”.

Fomos tendo consciência de que estávamos precisando de algumas coisas que nós não sabíamos identificar; foi a partir desse momento que eu comecei a perceber a importância de preservar o meio ambiente; eu não tinha essa consciência...(informação verbal)²³.

No trecho acima está explícito o fato de que o arcabouço discursivo tornado acessível às lideranças através das discussões do Congresso da Cidade influenciou os discursos de algumas lideranças, ao mesmo tempo em que é claramente perceptível o reconhecimento que as mesmas dão ao saber informado disponibilizado pelo governo, enquanto dotado de conteúdos “verdadeiros” e desejáveis de ser apropriados ao domínio do movimento popular e comunitário, como forma de torná-lo mais qualificado para uma atuação cooperadora com relação ao governo e seu projeto.

Este reconhecimento dado pelas lideranças às formas de abordagem da questão ambiental mais correntes entre os discursos contidos em documentos e nas falas de alguns assessores técnicos do governo, também se manifesta no conteúdo de seus discursos, que freqüentemente acionam alguns “chavões” ambientalistas presentes na mídia por suas supostas implicações planetárias.

Alguns argumentos são apresentados com a intenção de dar maior peso ao caso do Paracuri, como a alusão à escassez de água potável, meio de se justificar a necessidade de uma ação de recuperação ambiental por parte do poder público, face à “poluição das águas superficiais e subterrâneas”.

²³ Informação fornecida por uma liderança comunitária que mora nas áreas de produção artesanal.

A alusão à necessidade de uma “educação ambiental” para promover uma “consciência ambiental” no Paracuri é freqüente nos discursos de algumas lideranças, juntamente com uma compreensão de que há instituições que têm autoridade para oferecer um conhecimento objetivo sobre a questão ambiental.

Acho que a Prefeitura tem que estar mais presente. Ela se ausentou; se ausentou, a população chegou lá e depredou. Não tem consciência ambiental crítica. Quem me deu essa consciência? O governo municipal; ele me deu através do Congresso da Cidade. Então é preciso ir lá na comunidade p'rá dar para a população (informação verbal)²⁴.

Entre lideranças ligadas diretamente ao artesanato, as alusões com relação ao rio Paracuri dizem respeito à preservação deste como sua fonte para extração de argila, por isso mesmo demonstram que vêem como “o certo a fazer” o remanejamento dos moradores que ocupam as margens dos rios e a preservação (leia-se fiscalização e controle) dos rios para que não voltem a acontecer ocupações, as quais dificultam ou mesmo impossibilitam o acesso à argila.

As alusões à “preservação da natureza” e à “necessidade de uma educação ambiental” freqüentemente referem-se aos moradores das margens dos rios que “poluem” e “degradam” o meio ambiente. Grande parte destes elementos discursivos demonstram a influência do discurso de setores do meio acadêmico e do governo municipal.

Da mesma forma, a influência das concepções disseminadas pelo governo, também presentes em seus discursos, vem ao encontro de suas aspirações ao fornecer elementos discursivos aptos a serem apropriados como justificações de ações como remanejamento dos ocupantes das margens do rio, tipo de ação antes imputada como invasiva, discriminatória e autoritária por grande parte das lideranças do movimento popular e comunitário, mas que, com a emergência da abordagem consensualista da questão ambiental, se tornaram justificáveis por atenderem ao “interesse de todos”, no que tange à “sustentabilidade urbana”.

²⁴ Informação fornecida por uma liderança comunitária que mora nas áreas de produção artesanal.

A “educação ambiental” propugnada e, ainda que sem tal nomeação, desenvolvida através dos eventos promovidos pelo governo, restringe-se à “educação” das vítimas do processo ecológico urbano que dificulta o acesso ao espaço urbano seguro e infraestruturado pelas classes de baixa renda.

Então eu tenho trabalhado bastante com respeito a esse zelo pelo meio ambiente, pelo rio, pela água que é poluída, porque ela sai do rio ela vai poluir lá fora, ela vai poluir as praias que estão perto de nós, e aí Mas pra isso aí, a gente tinha que ter campanha, campanha começando pela escola, porque já não é possível mais hoje, não é possível a gente, vamos usar esse termo assim, ‘salvar’ o adulto nem o idoso, mas ainda é possível civilizar a criança de prejudicar esse meio ambiente²⁵.

É recorrente o sentido de que “todos” devam ser convocados para cuidar, zelar pelo “meio ambiente”, para evitar impactos negativos decorrentes de interações ecossistêmicas. E para tal tomada de responsabilidade seria suficiente massificar eventos de “educação ambiental”, principalmente para preparar um cidadão consciente para um “futuro sustentável”.

Diante das análises acima expostas, podemos perceber que as soluções imaginadas por alguns moradores das áreas de ocupação recente localizadas próximas às margens dos rios do Paracuri manifestaram-se de natureza bem diferente daquelas vistas como desejáveis por alguns moradores da área onde se concentram os produtores artesanais.

As propostas variam entre ações de remanejamento para um conjunto habitacional, ou desapropriação com regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas, ou a garantia de permanência dos moradores das margens do Paracuri, ou ainda a retirada da mata e o secamento e aterramento dos rios.

Nos discursos dos moradores do entorno imediato aos cursos d’água que não dependem do rio como fonte de renda ou de subsistência, há uma

²⁵ Informação fornecida por uma moradora do entorno da rua Soledade.

clara relação de hostilidade com os cursos hídricos e com a mata do Paracuri. Permeia o discurso de alguns destes moradores uma esperança de que o governo municipal resolva o “problema ambiental” da área que para eles é a própria existência dos cursos hídricos e da mata do Paracuri no bairro.

No entendimento de alguns moradores desta área, o governo municipal deveria aterrar os cursos d’água, pois os moradores sempre tentam aterrá-la com a serragem doada pelas serrarias próximas, mas não o conseguem e, na visão deles, a Prefeitura deveria fazer um aterramento de toda a área, além de tirar a mata.

É perceptível uma expectativa de que o governo municipal promova a expansão da estética propriamente urbanizada até àquela área de forma a dotá-la de atributos de espaço urbano reconhecível socialmente como *cidade habitável*, a fim de que possam, assim, se sentir inseridos no modo de vida urbano com todo o seu simbolismo e materialidade.

Por outro lado, alguns moradores das margens que dependem do rio como fonte de renda e subsistência fazem questão de ressaltar em suas falas o desejo de que sua permanência na área seja garantida, pois mesmo sem acesso a trabalho, encontram aí o que eles consideram como condições mínimas de sobrevivência: uma palafita, água e alimentos retirados dos rios e das matas, que servem para seu próprio consumo e também para comercialização em pequena escala nas proximidades. Para eles, a Prefeitura deve assumir a responsabilidade por aquelas áreas, impedindo qualquer ação de remoção e garantindo sua permanência na área, que passaria a ser reconhecida como seu local de moradia e de subsistência.

Uma ação governamental que se impusesse apoiada apenas nos marcos jurídicos, nos aspectos legais implicados naquela forma de ocupação, ou

respaldada por um discurso ambientalizado ou higienista muito provavelmente atropelaria as relações simbólicas, sociais e econômicas próprias ao cotidiano daquelas pessoas. Provavelmente qualquer técnico bem intencionado do governo entenderia que, sob todos os aspectos, aquelas pessoas talvez estivessem ávidas por morar em “condições dignas”, pelo menos do ponto de vista sanitário, abrigados em algum conjunto distante da periferia.

Para concluir este capítulo, ressaltamos que, mesmo entre os que foram por nós aqui tomados como membros de um só grupo social – os *moradores* das áreas estudadas – percebemos distintas formas de significação da questão ambiental tal como configurada no Paracuri.

Isto mostra que, ao contrário do que costumam imaginar os assessores técnicos do governo, não há uma só forma de compreensão da questão passível de ser obtida a partir de informações dadas pelas próprias características do território. Os fins sociais a serem tomados como definidores do modo de apropriação destes espaços ressignificados pela retórica ambiental, não partem de uma constatação óbvia, partilhada por todos, mas, ao contrário, serão definidos num processo de construção social, no qual aqueles que tiverem maiores condições de acesso aos meios de poder, terão, proporcionalmente, maiores condições de impor suas práticas e os discursos que as legitimam.

CAPÍTULO 3 – ENTRE O SENSO COMUM INFORMADO AMBIENTALIZADO E AS VIRTUOSIDADES DO AMBIENTALISMO

No primeiro e no segundo capítulos tratamos de identificar os elementos discursivos caracterizadores da maneira como os dois grupos sociais considerados se apropriam das representações relativas ao campo ambiental urbano. No terceiro capítulo faremos um resgate dos principais elementos discursivos identificados, procurando diferenciar entre os mesmos tanto aqueles presentes nos discursos alusivos às formas mais correntes de abordagem da questão na sociologia ambiental brasileira, quanto aqueles indicativos de uma tendência de aproximação às abordagens inscritas no campo das ciências sociais críticas, tais como as discussões em torno da noção de “justiça ambiental”.

3.1 ASSESSORES TÉCNICOS DO GOVERNO ENTRE O “PENSAMENTO ÚNICO URBANO” E “UMA OUTRA CIDADE POSSÍVEL”

A maneira pela qual os assessores técnicos do governo definem o que é o “problema ambiental” do Paracuri, expressa a forma de abordagem da temática ambiental urbana fundamentada numa visão de que a leitura, a interpretação da situação considerada como problemática aí presente é universalmente válida para todos os grupos sociais que vivem e atuam neste espaço, o que supõe a noção de que a definição, a classificação de qual seja o problema ambiental do Paracuri é algo consensual, fundamentado no pressuposto de que, como “todos sabem”, aquilo foi cientificamente comprovado pelos indicadores objetivos organizados em estudos tecnicamente avançados sobre a área do Paracuri.

Desmistificando o senso comum de que é a leitura “objetiva” de uma situação que permite classificá-la como “problema ambiental”, Fuks (2001) diz que a

competição entre diferentes assuntos pela atenção pública, acontece através de sucessivos processos de debate em arenas públicas, onde diferentes atores manifestam suas concepções a respeito de um dado assunto. São nestas arenas públicas que os problemas são caracterizados e classificados como tal, passando a ser reconhecidos como problemas públicos. “O resultado dessa disputa deve-se mais a fatores organizacionais e culturais do que às *condições objetivas* atribuídas aos problemas sociais”¹.

As alusões às noções de “sustentabilidade” e “meio-ambiente” entre os assessores técnicos do governo apareceram em meio a denúncias relacionadas ao que seria, na visão expressa em seus discursos, portador da “insustentabilidade”, colocadas em oposição àquilo que se propunha como um processo de construção de uma “sustentabilidade” para a cidade. Desta forma, em discussões participativas, discursos mais diversos são evocados, pelo governo municipal para definir o que é insustentável em cada campo das políticas públicas.

Na dimensão espacial da cidade são tidos como insustentáveis, tal como se manifestam atualmente, entre outros fatores: a apropriação privada de espaços de interesse público, a segregação sócio-espacial e as péssimas condições de habitabilidade às quais estão expostas as classes empobrecidas. No entanto, foi no âmbito do chamado Eixo Urbanístico e Ambiental, onde estavam concentradas as ditas políticas urbanas, que as alusões às noções de sustentabilidade e meio ambiente se tornaram freqüentes e demonstraram um maior esforço de atribuição de significados. Esta focalização da abordagem da sustentabilidade, especialmente no eixo relativo ao conjunto das políticas urbanas, denota um reconhecimento dado pelo governo a uma suposta obviedade do pressuposto de que é na esfera do “meio ambiente” que estão colocadas as preocupações relativas à durabilidade de certos atributos e elementos componentes do capital material da cidade. Pode também significar, alternativamente, que sendo este o foco das abordagens mais correntes

¹ cf. Mário Fuks, *Arenas de ação e debate públicos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992)*, 2001, p.36.

da questão ambiental urbana, o governo tenha preferido elaborar seus discursos dentro deste campo, a fim de aí se credenciar para participar do embate discursivo entre diferentes projetos de sociedade em torno da “sustentabilidade”.

Mesmo concentrando o esforço discursivo no âmbito das políticas urbanas, o governo rejeita uma tendência corrente no debate ambiental de consideração da dimensão *stricto sensu* material da cidade, que focaliza o estado dos elementos componentes do meio material do espaço urbano, buscando incorporar ao seu escopo discursivo a consideração de aspectos sociais e culturais.

Para o governo Edmilson Rodrigues não é sustentável um modelo de desenvolvimento que se alimenta da pobreza, gerando segregação sócio-espacial nas cidades, bem como qualquer estratégia de gestão urbanístico-ambiental que não promova a cultura da participação popular como necessária a um processo de transformação dos pressupostos daquele modelo. É igualmente insustentável um modelo de gestão que privilegia os espaços habitados pelas classes média e alta, abandonando as classes empobrecidas à exposição aos “riscos ambientais” que costumam acompanhar os espaços sobrantes da cidade.

Ao classificar como “problema ambiental” a situação encontrada às margens do Paracuri e em seu entorno imediato, dois fatores são colocados como evidenciadores de sua existência: o estado de “degradação do meio ambiente” e o crescimento demográfico. Esta abordagem mostra que, ainda que o governo manifeste a intenção de elaborar um discurso alusivo à questão ambiental que se contraponha à abordagem do “pensamento único urbano”, os elementos acionados para evidenciar o “problema ambiental” no Paracuri, restringem-se à temática da escassez, seja relativa a espaços “naturalizados”, revalorizados esteticamente e paisagisticamente no meio urbano após a emergência da questão ambiental, seja relativa à disponibilidade de solo urbano seguro frente à acentuada expansão urbana que vem acontecendo em Belém nos últimos anos.

Ainda que o governo tenha se proposto a não se restringir à abordagem da questão ambiental urbana que focaliza unicamente a dimensão material da cidade, passando a aludir a aspectos sociais e culturais em seus discursos, ao fazer o exercício de classificação do que seja o “problema ambiental” demonstra uma desconsideração do processo de construção social não só das práticas de apropriação do espaço urbano, como também dos discursos que as legitimam ou, no mínimo, não interferem em sua reprodução, acabando por reforçar, assim, uma certa tendência de naturalização dos processos geradores de tais questões urbanas hoje classificadas como “problemas ambientais”.

Da mesma forma está ausente, na abordagem dos problemas ambientais urbanos pelo governo, a consideração do processo da construção social ao qual esteve submetida a ambientalização das políticas urbanas e, no caso de Belém, a ressignificação da “insalubridade” das baixadas que passaram a ser evocadas como “problemas ambientais” urbanos, com alusões frequentes a “impactos” e “riscos”.

Ao observarmos as relações de causalidade estabelecidas para explicar a geração do “problema ambiental” do Paracuri, novamente temos a alusão ao crescimento demográfico que teria levado a uma ocupação desordenada da área. Esta, que no discurso dos assessores técnicos do governo, por suas características hidrogeológicas, não seria vocacionada ao uso habitacional, passou a sofrer um processo de “degradação” em função da multiplicação de ocupações urbanas, nas duas últimas décadas, quando o distrito de Icoaraci se consolidou como uma das áreas preferenciais de expansão urbana de Belém.

A aproximação daquela área através de diagnósticos de Sistemas de Informação Georreferenciados parece ter sido feita com a intenção de apontar os usos “errados”, incluindo, ao lado das atividades industriais poluentes, o uso daquela área para fins de moradia por comunidades pobres, no sentido de orientar o que deveria ser feito para melhorar a qualidade ambiental da bacia. A utilização de

resultados de análises fundamentadas em SIGs para determinar que a ocupação humana é imprópria para as condições hidrogeológicas e ambientais da área, pode induzir à conclusão de que o remanejamento é uma solução justificável em função de supostas necessidades de conservação do “meio ambiente”.

Diferentemente de como ocorreram nas gestões anteriores, as intervenções urbanísticas no entorno dos cursos d’água de Belém, no governo de Edmilson Rodrigues houve uma preocupação de evitar, neste tipo de intervenção, a reprodução de um modelo que, ao construir canais retificados de concreto e abrir vias largas aptas a receber fluxo de veículos, inclusive transporte coletivo, acabava por tornar as áreas “requalificadas” atrativas à classe média, dando início a um processo de “expulsão branca” dos pobres para a franja da cidade.

O padrão de intervenção física em cursos d’água pelo governo obedeceu a diversos princípios, dentre os quais, preservar a mata ciliar e o leito natural, com o fim de manter a possibilidade de permanência das condições de sobrevivência e reprodução de espécies animais e vegetais próprias destes locais, e restringir o fluxo de veículos, através do desenho de vias de caráter local, não passíveis de comportar trânsito intenso ou pesado. Na defesa deste padrão foram acionados elementos discursivos ligados à retórica “ambiental” para fins de justificação das escolhas técnicas feitas pelo governo.

Os cursos d’água do Paracuri e seu entorno imediato, não chegaram a ser objeto de intervenções urbanísticas durante as duas gestões de Edmilson Rodrigues, apesar de terem sido apontadas como demandas do Orçamento Participativo e do Congresso da Cidade. Apenas estudos fundamentados no uso de tecnologias de georreferenciamento foram elaborados para diagnosticar e indicar pontos críticos e possíveis soluções para a problemática envolvida. Segundo um dos assessores técnicos do governo, chegou-se a discutir a implantação do projeto “Esse Rio é Minha Vida”, que, para o caso do Paracuri, incluiria ações para torná-lo navegável também para transporte coletivo, visto que há muito é usado para

transporte de cargas de pequeno porte, tais como materiais de construção (telhas, tijolos etc), além de materiais ligados à produção artesanal, bem como por pequenas embarcações de pesca artesanal. Mas este projeto não chegou a amadurecer. Os projetos que chegaram a ser implementados no Paracuri giravam em torno do desenvolvimento da atividade artesanal para fins turísticos, como os de qualificação urbanística, os de sinalização turística e os de capacitação gerencial de artesãos e acesso a linhas de microcrédito.

No campo das intervenções socioespaciais do governo quanto ao problema ambiental do Paracuri, os assessores técnicos do governo, muito freqüentemente, direcionam seu foco de atenção para a centralidade da atividade artesanal cerâmica como principal suporte da economia popular, da qual depende grande parte da comunidade do bairro. Em coerência com este foco foram desenvolvidos projetos voltados à requalificação das vias de circulação que correspondem aos principais acessos dos locais de produção e comercialização do artesanato. Ao mesmo tempo em que visavam a melhoria das condições do acesso a estes locais, as obras objetivavam a melhoria das condições de habitabilidade para as comunidades do Paracuri.

Quando alguns assessores técnicos do governo mencionam os problemas de saneamento que expõem as comunidades do Paracuri ao risco de doenças de veiculação hídrica, são comuns as alusões às soluções que exijam remanejamento de parte da comunidade, principalmente aquelas que ocupam as margens dos rios, justificando esta solução nas informações “objetivas” obtidas através de SIGs, que apontam a área como sendo de caráter hidrogeológico impróprio para habitação, mas cujas ações de saneamento iriam requerer elevados investimentos financeiros.

O remanejamento é visto como necessário e desejável tanto para o meio ambiente, quanto para os ocupantes. O ganho ambiental se daria, segundo a visão de alguns assessores técnicos, em função da “recuperação das áreas

degradadas” que poderiam ser apropriadas pela coletividade como espaço de fruição estética ou paisagística, além da possibilidade de desenvolver outros projetos de interesse ambiental na área. O ganho para os ocupantes decorreria de sua retirada de uma situação de exposição a riscos e sua recolocação em lugares de melhores condições de habitabilidade.

Assim, percebemos que o enfoque, no que tange às soluções, recai sobre a questão ambiental a resolver, no sentido de recuperar e conservar aqueles elementos constituintes do “meio-ambiente” do Paracuri, ainda que a atuação do governo no sentido de desenvolver a atividade artesanal entre em conflito com a possibilidade de duração da argila.

Em seus projetos de intervenções urbanísticas em áreas de baixada, o governo procurou evitar soluções que envolvessem o remanejamento de comunidades pobres para conjuntos localizados na periferia distante, prática comum nas gestões anteriores. No entanto, o recurso ao remanejamento como parte da solução para o problema ambiental do Paracuri foi uma constante no imaginário dos assessores técnicos. Assim, as escolhas técnicas indicadas para compor o que seria a solução para o problema, envolvem tanto a recuperação de componentes ambientais daquela área para fins de conservação, quanto a retirada do que seria entendido como um dos principais elementos causadores da degradação ambiental: as ocupações.

Diante do que foi analisado até aqui com relação às práticas discursivas de alguns assessores técnicos do governo, podemos dizer que sua postura com relação ao discurso ambiental transita entre, ora tentar ignorar a discussão ambiental, ora se apropriar acriticamente dela, utilizando o mesmo arcabouço terminológico das concepções mais correntes do senso comum informado, ora tentar usar a mesma terminologia, tentando atribuir outros significados mais coerentes com seu projeto de sociedade e de cidade.

Desta forma, podemos dizer que, no que tange às significações atribuídas de forma mais geral às noções correntes de “meio ambiente” e “sustentabilidade”, no intuito de manifestar uma compreensão da questão ambiental urbana sobre a qual se devesse balizar o conjunto dos órgãos constituintes do governo, as concepções expressas se mostram, ora aptas a afirmar, ora a contestar o arcabouço de discursos e práticas afetos à “modernização ecológica das cidades”.

Estes diferentes posicionamentos com relação à abordagem da questão ambiental urbana devem-se a diversos fatores: à diferenciação de projetos dentro do próprio governo, às posições diferenciadas dos assessores técnicos das secretarias no espaço sócio-cultural, ao grau de compreensão do papel da luta discursiva sobre o processo de definição / legitimação de novas práticas, ao objetivo e público alvo a que se destina o discurso falado / escrito, ao grau de proximidade com a cúpula pensante direcionadora do governo, ao nível de interações com outras instituições nacionais e internacionais que discutem a temática ambiental, em geral, e ambiental urbana, em particular, entre outros.

Está presente uma atribuição, à noção de “sustentabilidade”, de sentidos ligados a questões como democratização das decisões a respeito da política urbana e ambiental, combate à exclusão e à segregação espacial, superação de desigualdades e conquista da cidadania, aproximando-se da representação de “sustentabilidade” como espaço de redefinição das bases de legitimidade das políticas urbanas.

Abre-se, neste campo, um caminho para elevar o discurso a um patamar que, ao problematizar as políticas de alocação sócio-espacial das classes pobres na cidade evidenciando a desigualdade distributiva que caracteriza o acesso aos atributos urbanístico-ambientais em disputa entre as diferentes classes sociais, conduza os grupos sociais considerados a um questionamento do atual padrão de distribuição de poder sobre o espaço urbano.

Este padrão de distribuição do capital material da cidade, hoje dominante, permite a certos agentes efetivar formas de apropriação material e simbólica do espaço urbano geradoras da subordinação das classes pobres a situações precárias de habitabilidade e de condições de sobrevivência. Assim posto, o enfrentamento dos “problemas ambientais” urbanos se prestaria à construção de estratégias de democratização do acesso ao poder de decisão sobre as políticas urbanas de forma a romper com a separação corrente entre os problemas ambientais e a forma desigual de distribuição do poder sobre recursos políticos, materiais e simbólicos da cidade, visto que formas simultâneas de opressão seriam responsáveis tanto por injustiças ambientais quanto por injustiças sociais.

O reconhecimento das desigualdades ambientais é um pressuposto para a contestação do atual padrão de distribuição do capital material entre as classes. A crítica às gestões anteriores, tanto no que se refere à ineficiência das políticas urbanas, quanto na frouxidão com relação à fiscalização e controle ambiental, estaria melhor colocada ao evidenciar os momentos em que as agências governamentais, ao se articularem às forças do capital imobiliário, tiveram participação ativa na consolidação do atual padrão de domínio sobre o espaço urbano de Belém gerador das desigualdades urbanístico-ambientais.

A utilização de SIGs e o recurso à terminologia própria às abordagens científicas da temática ambiental para diagnosticar os problemas ambientais e orientar soluções possíveis a partir da consideração dos dados “objetivos” obtidos, por outro lado, aproxima a atuação do governo de uma postura de despolitização das questões ambientais empenhando-se na produção de indicadores entendidos como capazes de orientar a gestão racional do meio ambiente urbano.

Os projetos que chegaram a ser executados pelo governo para dar resposta a uma parte dos problemas ambientais do Paracuri restringiram-se a uma requalificação das vias e locais freqüentados por turistas e necessários ao trânsito

da produção artesanal, atendendo com maior ênfase as comunidades mais diretamente ligadas à produção artesanal. As soluções cujas discussões estavam em andamento, mas não chegaram a termo até o final da segunda gestão, referiam-se ao aproveitamento dos rios como via de transporte, remanejamento dos ocupantes das margens dos rios e recuperação de áreas degradadas, que mais aproximam o governo de uma tendência à modernização ecológica, do que de uma abordagem crítica dos processos sócio-históricos geradores daquele tipo de “problema ambiental”.

Esta forma de abordagem presta mais a deixar como está a atual tendência de dar ênfase às supostas determinações ou vocações dadas pelas próprias condições biofísicas do território. Numa forma de abordagem da questão ambiental que pretenda qualificar as lideranças no sentido de fazer o contraponto com relação às crenças disseminadas pelo pensamento único urbano, cabe um esforço analítico de “desnaturalização’ do meio ambiente, a fim de entendê-lo como resultado da ação simbólica e histórica dos homens”².

3.2 MORADORES: ENTRE USAR E PRESERVAR

Os discursos de algumas lideranças que moram nas áreas de produção artesanal apresentam uma tendência mais clara de reproduzir as concepções mais correntes relativas à questão ambiental. A idéia de “natureza” é colocada com uma conotação de oposição ao espaço urbanizado. A disponibilidade dos rios e da mata do Paracuri como o lugar do lazer no passado é lembrada como algo bom e que foi perdido, mas que ainda se espera que seja resgatado pela intervenção do poder público.

² C.f Sônia Oliveira, Conflitos ambientais na região dos lagos do Estado do Rio de Janeiro, 2001, p. 60.

Ao estabelecer relações de causalidade explicativas do processo de construção social daquele “problema ambiental”, estas lideranças manifestam a tendência de manter suas análises no âmbito dos fatores que comprometem mais diretamente o atendimento de seus interesses imediatos de sobrevivência, ligados à atividade artesanal. Apontam como problemas ambientais as dificuldades de acesso à argila em função da fixação das ocupações nas margens dos rios, de onde é feita a extração do recurso, e os problemas relativos às condições de saneamento na área, que provocam alagamentos e dificultam tanto o trânsito diário de pessoas e mercadorias ligadas à produção artesanal, quanto o próprio acesso de turistas que estão sempre em busca dos artefatos cerâmicos do Paracuri.

Culpabilizam o aumento do número de ocupações na última década como sendo causador de problemas tanto para os moradores mais antigos do bairro, em decorrência do assoreamento dos canais de drenagem natural, quanto para o desenvolvimento da atividade artesanal. Denunciam a ineficiência das políticas urbanas para exercer o controle e a fiscalização das áreas do entorno dos rios e da mata, a fim de evitar a fixação de ocupações, como uma das causas da situação construída.

Algumas lideranças atribuem à falta de informação e de “educação ambiental”, por parte dos ocupantes das margens do rio, sua decisão de instalar palafitas nesses locais. Para eles a “consciência ambiental” deveria ser automática a partir do momento em que se tem acesso às informações sobre a “necessidade de zelar pelo meio ambiente”. Para estas lideranças, o ponto de referência a partir do qual se pode classificar o que seria problema ambiental diz respeito à possibilidade de durabilidade da atividade artesanal. Ao se reportarem à questão do saneamento com o problema ambiental, o fazem tendo em mente as dificuldades que as condições das vias e os alagamentos trazem aos processos de produção e comercialização dos artefatos cerâmicos.

Ao se reportarem à degradação dos rios e ao desmatamento, aludindo às ocupações como causadoras, querem enfatizar os problemas que este tipo de ocupação das margens e do entorno dos rios trouxe para o trabalho dos barreirenses, impactando negativamente em todo o processo de produção artesanal. O próprio desejo de ter recuperada a integridade dos rios e da mata se relaciona com as possibilidades de tornar o lugar mais atrativo à visita de turistas, numa intencionalidade de lhes oferecer um “meio ambiente” que combine com a aquisição de objetos artesanais, o que poderia se refletir num incremento nas vendas e conseqüente elevação dos ganhos para os artesãos.

Na preocupação de algumas lideranças em afirmar que a argila se renova, ao contrário do que afirmam alguns assessores técnicos do governo, percebemos no ato de atribuir a qualidade de “recurso renovável” à argila, a intencionalidade de emprestar, à prática de sua extração, uma legitimidade fundamentada no reconhecimento dado por tais lideranças à preconizada “necessidade” de conservação de estoques de recursos como um dos critérios acionáveis para reafirmar a atividade artesanal como passível de ser classificada como “sustentável”. Esta preocupação com os estoques de argila, aliás, está presente também nos discursos de alguns assessores técnicos do governo, quando em suas propostas de solução para o problema ambiental do Paracuri, propugnam seu manejo sustentável com o objetivo de adiar o fim do recurso, diminuindo as perdas e otimizando seu aproveitamento na confecção das peças.

Ao mesmo tempo em que classificam a argila como recurso renovável, no intuito de eximir a atividade artesanal de qualquer responsabilidade sobre o estado degradado dos rios, alguns moradores dos locais de produção artesanal apontam como “problema ambiental” a presença de palafitas em suas margens, justificando esta classificação no fato de que esta forma de apropriação dificulta aos artesãos o acesso à argila, além de agravar os problemas de drenagem natural da área pela deposição de lixo nos canais e aterramentos com serragem.

A terminologia acionada para classificar o caráter do estado do meio material varia de acordo com o fator enfocado. Para se referir às precárias condições de saneamento do bairro, nos locais ocupados pelas olarias e residências dos produtores artesanais, algumas lideranças usam a expressão “problema ambiental”. A mesma expressão é aplicada também à dificuldade de acesso à argila das margens dos rios, causada pela presença de palafitas. Usam a expressão “degradação”, para se referir ao desmatamento, à poluição dos rios pelos resíduos das indústrias próximas e pelos esgotos sanitários, bem como à perda dos espaços de lazer e sociabilidade, antes disponíveis nos rios, provocada pela expansão das ocupações urbanas até suas margens.

A focalização sobre a perda do conjunto constituído pelos rios e mata como espaço de lazer e de fruição paisagística – que nos remete à matriz discursiva da cidade como espaço da “qualidade de vida”, segundo o modelo do patrimônio³ - inscreve a intencionalidade do discurso das lideranças, a um só tempo, ao desejo de construção de sentimentos de pertencimento ao lugar ou de uma identidade a ele referenciada, e à apropriação de possíveis vantagens trazidas para a atividade artesanal e turística pelo processo de ressignificação do urbano pela lente ambiental.

Ao construírem seus discursos propositivos relativos ao problema ambiental do Paracuri, estes moradores defendem como necessário o remanejamento das ocupações localizadas às margens dos rios juntamente com ações de “recuperação de áreas degradadas”, com a finalidade principal de recuperar a liberdade de extrair argila necessária ao artesanato e também para tornar o local mais atrativo paisagisticamente a turistas.

Há aqui tanto a intencionalidade de acesso e conservação dos estoques de argila, aproximando os discursos de uma visão técnico-material da

³cf. Henri Acselrad, “Sentidos da sustentabilidade urbana” in A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas, 2001, p. 44.

sustentabilidade urbana, quanto uma estratégia de recuperar o conjunto formado pelos rios e matas, revalorizado como patrimônio ambiental, numa aproximação da concepção de sustentabilidade urbana pautada na visão de cidade como espaço da “qualidade de vida”.

No processo de construção social das atuais práticas de apropriação material e simbólica do espaço urbano de Belém, as classes pobres sempre foram empurradas para porções do território desvalorizados, não interessantes à produção de riqueza. Dotadas de pouca mobilidade estas classes, que menos influenciam as decisões a respeito das políticas urbanas que lhes afetam, acabam sendo as mais prejudicadas. A partir da emergência da questão ambiental e de sua extensão para discussões a respeito das políticas ambientais urbanas, a relação entre sociedade e território no espaço urbano passou a incorporar outras formas de significação dos elementos que constituem o capital material da cidade. Os cursos d’água de Belém, por exemplo, historicamente foram tidos como incômodos, empecilhos ao crescimento ordenado e saudável da malha urbana. Contemporaneamente, surgem propostas ligadas à idéia de revalorização dos cursos hídricos em função da emergência da temática ambiental, em oposição à natureza de relações estabelecidas com os mesmos no passado.

Assim, em Belém, os igarapés que entrecortam o território em todas as direções, passaram a ganhar outra conotação, em decorrência da mudança no olhar de certos grupos sociais em relação aos elementos do meio material da cidade ligados à noção de “natureza”, graças a um processo de ressignificação destes elementos e dos modos de interagir com eles. Diferentemente do discurso que antes se tornou hegemônico com relação ao problema de “insalubridade” das baixadas, hoje as ocupações ocorridas nas margens de rios, igarapés e seu entorno, são significadas, correntemente, como “problema ambiental”, sendo freqüente a alusão a “impactos” e “riscos”. Esta mudança na forma de focar as situações que, no âmbito das cidades, entrelaçam pobreza e territórios precários do ponto de vista do modo de vida propriamente urbano, foi possível graças ao processo de construção de significados associados aos elementos que compõem o meio material da cidade.

Percebemos, nas falas das lideranças, uma apropriação do discurso ambiental como estratégia de justificação para legitimar a necessidade de atendimento das demandas por políticas urbanas ligadas principalmente às ações voltadas ao desenvolvimento da atividade artesanal para fins turísticos. No entanto, as propostas de intervenções urbanísticas e ambientais imaginadas por parte dos moradores das áreas de produção artesanal, referem-se com maior ênfase às necessidades de circulação ligadas ao processo de produção e comercialização do artesanato cerâmico, não abrangendo as comunidades das áreas de ocupação mais recentes do bairro - ocorridas na última década -, que são as que se encontram em situação mais precária de moradia, situadas nas margens e no entorno imediato dos rios, nas áreas de várzea, onde os alagamentos são mais freqüentes.

Entre estes moradores das áreas de ocupação mais recente, a valoração atribuída aos “recursos ambientais” varia em função do nível de dependência, em termos de subsistência, com relação aos rios e à mata. Especialmente com relação àqueles ocupantes que dependem dos rios para subsistir, sua forma de ocupação os colocam numa situação de ter de se colocar em posição de produzir mais degradação e aprofundar os riscos que foram impostos sobre eles. Para Evans (2002) ⁴, é um grande desafio realizar o potencial mobilizador em torno da “sustentabilidade” entre estas comunidades que tem como principal preocupação a sobrevivência, ainda que elas estejam nesta situação de exposição a situações de risco e degradação.

O processo de construção social de uma certa forma de apropriação real e simbólica e das práticas de uso e ocupação do solo urbano que com ela interagem, é permeado por uma dimensão eminentemente conflitiva decorrente do fato de que o espaço urbano é objeto de disputa entre os diversos grupos sociais, dotados de quantidades distintas de capital global, por constituir o capital material em torno do qual estes grupos estabelecem suas relações em diversos níveis.

⁴ cf. Peter Evans, “Political strategies for more livable cities: lessons from six cases of development and political transition”, *In*: Peter Evans, Livable cities?: Urban struggles for livelihood and sustainability, 2002, p. 228-229, tradução nossa.

A desigualdade do *quantum* de capital global entre os diversos grupos sociais que interagem em um mesmo meio material, vai possibilitar que os grupos detentores de maior capital global tenham melhores condições de se apropriar da maior parte do leque de benefícios das qualidades urbanas que fundamentam a valorização fundiária, principalmente, mas não somente, pelas vantagens de localização, as quais reúnem facilidades para satisfação dos desejos de mobilidade urbana e social e, ainda, amenidades ambientais. Ainda que os benefícios presentes em certas porções do espaço urbano sejam desejados por grande parte dos habitantes da cidade, terão melhores condições de disputa pela apropriação destes espaços os grupos sociais dotados de maiores quantidades de capital global.

No espaço urbano, as áreas que concentram elementos culturalmente definidos como portadores da capacidade de satisfação de necessidades materiais e de desejos ligados à dimensão simbólica do que seja a cidade, sendo, por isso, consideradas áreas tidas como detentoras de benefícios próprios da vida cidadina, são apropriadas real e simbolicamente pelos grupos de maior capital global. Aos grupos de baixo ou quase inexistente capital global se tornam inacessíveis os espaços dotados dos benefícios reais e simbólicos esperados da vida urbana.

O Processo de definição dos níveis de desigualdades que permitem acesso, uso e controle do meio material da cidade por certos grupos sociais e não os permitem a outros grupos, não se dão em meio a decisões baseadas no consenso, mas são decorrência do pressuposto da natureza intrinsecamente conflitiva das relações sociais e do processo de constituição da cultura, sendo, pois, permeada por interesses conflitantes entre as classes.

3.3 GRUPOS SOCIAIS E DISTINTAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO REAL E SIMBÓLICA

Parte dos assessores técnicos do governo classifica como “problema ambiental” a situação de precariedade que se desenhou após a expansão da ocupação urbana no Paracuri, referindo-se especialmente ao surgimento de ocupações no entorno imediato e nas margens dos rios e ramais do Paracuri e nas áreas abertas por desmatamento na chamada mata do Paracuri.

Esta forma de classificar tais situações que articulam questões relativas ao meio ambiente urbano e a moradia de comunidades pobres, aparece nos discursos dos assessores técnicos vinculada a uma abordagem quantitativa da relação entre população e território, que aponta o surgimento daqueles problemas ambientais, como decorrências da escassez de solo seguro no espaço urbano frente à crescente demanda por este recurso.

Uma outra visão presente nos discursos dos assessores técnicos do governo, ainda, de certa forma, subordinada à temática da escassez, é aquela relativa a uma abordagem patrimonialista do “meio ambiente”. Esta se expressa pelas propostas de “solução” pautadas nas intencionalidades de preservação, conservação, fruição paisagística do meio ambiente, etc.

Ainda presas ao tema da escassez aparecem nos discursos dos assessores técnicos propostas de intervenção que buscam a eficiência no aproveitamento e no manejo dos recursos, dentre as quais as que visam a potencialização dos recursos ambientais disponíveis no Paracuri, no caso, dos rios e seus ramais, como vias de transporte, com objetivo de, a um só tempo, promover uma “harmonização” entre homem e natureza e disponibilizar à população um modo alternativo de transporte, aliviando a pressão da frota de veículos sobre o sistema viário e deste sobre o espaço urbano.

Esta concepção é pautada pela preocupação com os fluxos urbanos de matéria e energia, sendo relacionada, para o caso de Belém, tanto à dita “capacidade de suporte” do sistema viário frente ao contínuo crescimento da frota de veículos individuais e coletivos, quanto aos “impactos ambientais” decorrentes do modo rodoviário de transporte, como a poluição do ar e a elevação da temperatura local em função dos percentuais crescentes de solo desmatado e asfaltado, além de questões relativas ao desconforto do trânsito nos horários de grande fluxo.

Por outro lado, entre os discursos de alguns assessores técnicos identificamos certos construtos discursivos que apontam a colocação da análise das questões ambientais urbanas no campo relacional. Alusões a noções como “segregação” e “exclusão”, podem conduzir a um aprofundamento analítico, que considere também a potencialidade politizadora da discussão ambiental.

Podemos ter aí um indicativo de possibilidades de construção de uma abordagem que coloque as relações de causalidade relativas a “problemas ambientais”, tais como o do Paracuri, no campo relacional, escapando ao determinismo da idéia de escassez e evidenciando a desigualdade distributiva que caracteriza a distribuição do capital material entre as classes sociais.

Nos discursos dos moradores das ocupações localizadas nas margens, e que começam a adentrar o leito dos cursos d’água, os quais dependem destes como fonte de subsistência e de renda, as preocupações com relação à escassez referem-se à diminuição da quantidade de espécies disponíveis para a pesca, segundo o que acreditam, causada pela poluição provocada pelos esgotos de pequenas indústrias e conjuntos residenciais próximos.

Nos discursos das lideranças que residem nas áreas ligadas à produção artesanal, a temática da escassez ligada aos estoques disponíveis dos recursos ambientais relaciona-se à diminuição das possibilidades de acesso à argila

necessária ao artesanato cerâmico, provocada pela presença de ocupações nas margens do Paracuri.

Uma visão patrimonialista presente nos discursos destes moradores atribui aos recursos ambientais e à paisagem natural as possibilidades de construir espaços de harmonização entre homem e natureza, raros na cidade, disponíveis à contemplação, lazer e sociabilidade, aptos a incentivar a visitação pública.

O mesmo pressuposto aparece também nas relações de causalidade construídas por parte das lideranças com relação ao “problema ambiental” do Paracuri. Para estas lideranças, a busca da eficiência na “gestão ambiental” passa pelo controle de natalidade, por exemplo, e pela vigilância sobre aquele “patrimônio de todos”, que, na sua visão, precisa ser recuperado e entregue para fruição pelos habitantes da cidade.

Ainda assim, entendemos, a respeito dos movimentos populares e comunitários do Paracuri, que mesmo que não disponham de capacidade de influir diretamente na configuração de forças pela pressão sobre o processo de acumulação, por não estarem articulados de forma direta com a esfera produtiva, que suas possibilidades de alcançarem algum poder de barganha se encontram em sua inserção na esfera simbólica, buscando o acúmulo de forças no plano onde se disputa legitimidade, através do acionamento de noções ligadas aos princípios da justiça ambiental aplicada às cidades.⁵

Desta forma compreendemos que algumas alusões a respeito da falta de política habitacional e de alternativas acessíveis de moradia para as classes pobres são indicativos de caminhos que, ao questionar a atuação do Estado, podem subsidiar a construção de um discurso analítico crítico relativo à questão ambiental junto às lideranças locais.

⁵ Henri Acselrad, “Ação coletiva e estratégias argumentativas” in H. Acselrad, S. Herculano e J. Pádua (orgs) *Justiça ambiental e cidadania*, 2004b, p.29.

Se compreendermos a atuação do Estado como historicamente ligada à ratificação da desigualdade distributiva que permeia o acesso ao solo urbano seguro entre as classes, podemos ver nestas alusões à omissão do Estado, indicativos de que está próxima das lideranças uma forma discursiva que seja capaz de evidenciar a dinâmica conflitiva que permeia os distintos projetos de apropriação real e simbólica do espaço urbano, bem como abordar criticamente o papel das agências governamentais nesta dinâmica.

Entre os ocupantes das áreas do entorno imediato e das margens dos rios, há duas visões distintas com relação ao “meio ambiente”. Para alguns moradores do entorno, que tem acesso a alguma fonte de sobrevivência, não ligada aos rios e aos recursos da mata do Paracuri, a temática da escassez não se refere aos “recursos ambientais”, mas às infraestruturas urbanas e às condições de mobilidade social e espacial. A temática da escassez também permeia os discursos de boa parte dos moradores, sejam os que habitam nas áreas de produção artesanal, sejam os das áreas do entorno imediato às margens dos cursos d’água, que não dependem do extrativismo local para sobreviver.

Também entre moradores das margens dos rios, que muitas vezes exercem atividades extrativas ligadas aos rios e às matas para sobreviver, a visão a respeito daquele lugar não inclui preocupações com o “meio ambiente”, mas apenas possibilidades de subsistência. Daí suas preocupações com possíveis ações de remanejamento para locais onde não haja garantia de meios de sobrevivência.

Como decorrência de uma maneira de abordar os “problemas ambientais” a partir de um enfoque quantitativista da relação entre sociedade e território, surge nos discursos de alguns assessores técnicos do governo uma abordagem objetivista que supõe a eloqüência do meio material para manifestar através de indicadores “objetivos” as formas de uso adequadas às suas características hidrogeológicas, identificadas através do uso de tecnologias

avançadas cujos diagnósticos teriam, por isso, autoridade passível de reconhecimento.

Tal abordagem representa um reconhecimento dado à ciência de sua legitimidade para dar indicações do tratamento adequado a ser dispensado aos “problemas ambientais”, acompanhado de uma propensão de deslegitimar conhecimentos construídos por outros grupos sociais, mesmo os daqueles que interagem diretamente com a situação em questão.

Nos discursos de parte dos assessores técnicos do governo, os diagnósticos obtidos através de estudos de SIG são colocados como suficientes para se fazer uma leitura “objetiva” do problema ambiental do Paracuri, a fim de orientar soluções que venham ao encontro das “vocações” do território.

A pressuposição de que é possível uma abordagem objetiva de questões desta natureza, conduz à noção de que haveria uma compreensão unânime entre todos os setores da sociedade de que as soluções possíveis para o problema dependeriam de respostas dadas pelo próprio meio material, através dos indicadores produzidos a seu respeito.

Nos discursos destes assessores técnicos, ainda que apareçam discursos alusivos à questão da injustiça ambiental intrageracional – mesmo sem o uso de tal nomeação – surgem alusões consensualistas relativas a um suposto benefício de “todos”, sem nenhuma menção à realidade sócio-classista que perpassa à questão distributiva relativa à desigualdade de poder sobre a apropriação do capital material. Esta abordagem objetivista e consensualista da temática ambiental pelos assessores técnicos do governo também está presente, de forma mais evidente, nos discursos das lideranças locais, possivelmente como fruto das discussões do Congresso da Cidade.

O discurso objetivista está presente entre grande parte das lideranças no entendimento de que os conhecimentos relativos à temática ambiental estão dados e devem estar acessíveis a todos, como esteve acessível a elas próprias, através de eventos promovidos pelo governo. Nos seus discursos percebemos que foi o governo que lhes mostrou, através de um processo de “socialização do conhecimento”, a “necessidade” de preservar o meio ambiente, as discussões a respeito da “crise de água potável” e outros assuntos afetos à questão ambiental.

Também está presente no discurso das lideranças a remissão à “Amazônia” como território fetichizado, vocacionado ao turismo, e que, pelo fato de a cidade de Belém estar inserida nesta região, deveria tirar proveito do potencial econômico ligado à atividade turística. Estas noções são colocadas pelas lideranças como sendo verdades que “todos sabem” - pelo menos entre os que participaram dos eventos promovidos pelo governo – e de que os que ainda não “sabem” precisam ter oportunidades de acesso à “educação ambiental”, a fim de passar a ter “consciência ambiental”.

Esta visão consensualista a respeito da questão ambiental, também está presente nas relações de causalidade e propostas de intervenção imaginadas estabelecidas com relação ao “problema ambiental” do Paracuri pelas lideranças e artesãos. As relações de causalidade restringem-se a relacionar, entre si, efeitos das causas estruturais geradoras de condições precárias de moradia articuladas à questão ambiental, tais como a do Paracuri. Assim, temos alusões freqüentes aos problemas de saneamento e ao crescimento do número de ocupações na área, este último relacionado ao crescimento demográfico, colocado como causa da reprodução da pobreza.

Esta forma de compreensão dos problemas urbanos que envolvem questões relativas à pobreza e “meio ambiente” desconsidera as dinâmicas conflitivas de geração das injustiças sociais e ambientais, bem como a lógica política

definidora da desigualdade distributiva que caracteriza a partição do capital material entre as classes sociais.

No que se refere à abordagem dos moradores das ocupações mais recentes, há uma percepção mais clara com relação a um não-consenso com relação à sua permanência na área, em função de serem freqüentes os comentários que correm nas comunidades a respeito de ações de remoção das ocupações. Boa parte destes moradores simplesmente não vêem como necessária a preservação daqueles elementos do meio material chamados correntemente de recursos ambientais.

Para boa parte dos ocupantes que não dependem do rio para sobreviver, não há lógica nenhuma em se manter dois rios e uma mata em plena cidade, espremidos entre o centro urbano do distrito de Icoaraci e a pressão da expansão de outros bairros da área de expansão de Belém, enquanto há famílias precisando de lugar para morar. Por isso esperam ações de urbanização da Prefeitura, de preferência que sejam capazes de resolver os incômodos trazidos pela “maré” e trazer para aqueles espaços uma estética que represente para os moradores a inserção na cidade.

Para a maioria dos ocupantes que dependem dos rios, ao contrário, não apenas os rios devem ser preservados como também deve ser garantida a permanência dos moradores na área e seu livre acesso aos recursos dos rios e das matas, dos quais dependem para sobreviver. Para estes moradores, também não faz sentido preservar para contemplar e sim para usar.

Assim, pelo que foi exposto até aqui, podemos perceber que os discursos da maioria dos assessores técnicos do governo manifestam-se mais próximos à idéia da “modernização ecológica das cidades”, ainda que estejam presentes remissões a noções que dão indicativos das possibilidades de construção

de uma compreensão das questões ambientais urbanas a partir da ótica das ciências sociais críticas, a qual inclui a consideração do processo de construção social de tais questões enquanto problemática, bem como as dinâmicas conflitivas que se apresentam no espaço relacional onde se define a desigualdade distributiva relativa ao capital material da cidade. Na intencionalidade de “qualificar discursos”, e resgatar a esfera da política na cidade, esteve presente, nas remissões à democratização dos processos envolvidos na tomada de decisão, a construção de um projeto de futuro para a cidade pautado no combate à exclusão e à segregação, como forma de se contrapor aos modelos de cidade alinhados à opção neoliberal de sociedade.

No entanto, nas maneiras pelas quais boa parte dos assessores técnicos definem o que é o “problema ambiental” do Paracuri, reportando-se ora à degradação dos rios e da mata em decorrência das ocupações, ora aos problemas de saneamento, na tentativa de trazer a origem do problema para uma crítica à atuação das gestões anteriores que priorizaram os investimentos em infraestrutura nas áreas mais centrais da cidade, percebemos um tipo de remissão a noções ligadas à questão ambiental que pretende apenas recolocar, em outros termos, antigos desafios urbanos. Ao fazê-lo, demonstram um entendimento de que seu ponto de vista a respeito da questão é “objetivo”, porque fundamentado em diagnósticos de SIG e na ciência. Da mesma forma parecem pressupor que sua maneira de compreender as causas e propor intervenções são aceitáveis por “todos”, por serem igualmente objetivas, respaldadas nas informações obtidas pelo uso daquelas avançadas tecnologias de conhecimento do território.

A forma de abordagem da maioria dos moradores das áreas de produção artesanal – lideranças e artesãos – se mostrou bem próxima a do governo. As abordagens da quase totalidade dos moradores das margens e do entorno imediato dos rios, por sua vez, mostraram-se em posição muito diferente daquela construída pelos assessores técnicos do governo e pelos moradores das áreas de produção artesanal.

CONCLUSÃO

Ao analisar o discurso de assessores técnicos da Prefeitura Municipal de Belém e de moradores da área do Paracuri a respeito dos problemas ambientais que afetam aquela localidade, procuramos ter como pressuposto que os sujeitos “são afetados pela língua e pela história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam”¹. Ou seja, em nosso caso, ninguém detém a verdade sobre a “questão ambiental urbana” ou a “sustentabilidade” da cidade, mas sua realidade está contida na materialidade lingüística e histórica dos efeitos de sentido produzidos pelos atores sociais - seu “modo de constituição histórico”². Os sujeitos significam, assim, em condições históricas determinadas, impelidos pela língua e por formações discursivas onde vigoram relações de poder. Procuramos levar em conta, pois, em nossa análise, as especificidades histórico-políticas dos contextos em que se produziram os enunciados.

Observamos, assim, que nos discursos de boa parte dos assessores técnicos do governo ligados à expressão das intencionalidades e princípios norteadores das políticas do Eixo Urbanístico e Ambiental da Prefeitura, ocorre uma apropriação da noção de “desenvolvimento sustentável” tendencialmente voltada à construção de um projeto de cidade que se contraponha aos pressupostos do “pensamento único urbano”, que aponta para a promoção da cidade competitiva, capaz, antes de tudo, de atrair os investimentos internacionais.

Na retórica oficial das gestões municipais estudadas a “conquista da sustentabilidade” está associada à “universalização da cidadania”, numa articulação entre a questão ambiental e a invenção de novos direitos. Por sua vez, o discurso da

¹ Eni P. Orlandi, *Análise de Discurso – princípios & procedimentos*, Pontes, 2000., p.20

² Eni P. Orlandi, *Terra à vista – discurso e confronto velho e novo mundo*, Cortez Ed. Unicamp, 1990, p. 29.

maioria dos assessores técnicos envolvidos com a questão ambiental urbana apontam, paradoxalmente, para uma visão de que tais questões devam ser tratadas na esfera de uma “gestão ambiental”, apoiada na interdisciplinaridade e na produção de indicadores, sendo capaz de contribuir para alcançar os objetivos da política ambiental para o município - preservar o patrimônio ambiental e potencializar recursos “paisagísticos e ambientais”, através de um planejamento feito “em conjunto” para benefícios de “gerações presentes e futuras”.

Nas relações de causalidade identificadas nos discursos da maioria dos assessores técnicos do governo, aparece, da mesma forma, um discurso que se aproxima de abordagens objetivistas da questão ambiental, fundadas na concepção de que já está dada a definição do que seja o problema ambiental do Paracuri e de suas causas.

A relação de causalidade predominantemente estabelecida para explicar o que a maioria dos assessores técnicos define como “problema ambiental”, articula crescimento populacional, degradação dos rios e da mata do Paracuri, as questões de saneamento e a localização de comunidades de baixa renda em áreas hidrogeologicamente inadequadas ao uso habitacional. As soluções citadas como sendo desejáveis apontam para ações de remanejamento e aproveitamento do que entendem como potencial turístico e paisagístico dos rios e da mata do Paracuri.

Ainda que busque privilegiar a participação popular, a gestão ambiental a que se referem os discursos não consegue uma aproximação fundamentada do que seria a construção democrática de uma política ambiental urbana, pois, ao ter como foco de suas ações a redução dos *efeitos* negativos do modelo de desenvolvimento vigente, não opera mais do que uma espécie de “esverdeamento” deste mesmo modelo de cidade.

A construção de um projeto de democratização do território traria para a pauta das discussões a pertinência de que se analisem as questões ambientais não simplesmente a partir de uma administração ou “gestão” do meio ambiente e seus recursos, mas que se as introduzam no campo da política, evidenciando a disputa entre práticas e representações distintas pela obtenção de reconhecimento e legitimidade dos diferentes projetos de apropriação do capital material da cidade com seus respectivos fins sociais alternativos.

Vemos naquele modelo de “gestão ambiental” do governo apoiado em “ações de caráter interdisciplinar” um discurso pragmático voltado à busca de soluções legitimadas pela ciência para problemas ambientais construídos, na perspectiva de que é necessário proteger o meio ambiente para postergar o fim de seus recursos.

Esta forma de análise contribui para despolitizar o debate e concorre para uma cientificização da questão ambiental, aproximando o governo de uma abordagem pautada pelo determinismo ecológico, cuja ênfase recai sobre questões quantitativas, técnicas e tecnológicas, permanecendo ofuscados os conflitos sociais que lhes são subjacentes.

Uma aproximação da racionalidade científica ecológica ao urbano, também está presente na concepção de que a atuação do governo municipal deva se fundamentar na produção de indicadores, conseguidos através de levantamentos técnicos voltados ao “controle ambiental” centrado no monitoramento das atividades tidas por poluidoras.

Entre os moradores entrevistados, por sua vez, identificamos basicamente três percepções distintas a respeito do que seja o “problema ambiental do Paracuri”, de suas causas e possíveis soluções. Entre os moradores dos locais onde se concentra a produção artesanal, a concepção predominante de “problema

ambiental” refere-se a qualquer fator de uso e ocupação do solo que dificulte a potencialização do desenvolvimento da atividade artesanal.

Entre os moradores das áreas de ocupação mais recente do entorno dos rios, mas que não dependem dos rios e da mata para sobreviver, o problema ambiental predominante refere-se à sua não inserção no modo de vida e num padrão de urbanização que compreendem como sendo próprios ao meio urbano. Para os moradores das áreas de ocupação recente que dependem dos rios e da mata para subsistir, o “problema ambiental” mais citado é a ameaça de remoção, sem garantia de condições de subsistência em outro lugar.

Diretamente ligadas ao que cada subgrupo de moradores entende como problema ambiental, aparecem as soluções imaginadas. Para a maioria dos moradores das áreas de produção artesanal, o remanejamento das ocupações lhes garantiria acesso aos estoques de argila das margens dos rios, além de viabilizar, via intervenções urbanístico-ambientais adequadas, a destinação dos rios e da mata para fins de preservação e turísticos, o que potencializaria, no seu entendimento, o desenvolvimento do artesanato.

Para parte dos moradores das áreas de ocupação recente, a inserção no simbolismo de “viver no urbano” passaria pelo acesso às infraestruturas da cidade e a retirada dos rios e das matas que, na sua visão, “para nada servem” e só trazem incômodos para os moradores.

Para a maioria dos moradores da área de ocupação recente que dependem do rio e das matas para sobreviver, a Prefeitura deve assumir a responsabilidade sobre a gestão do território e garantir sua permanência ali, melhorando as condições de infraestrutura, principalmente as condições de saneamento.

A maioria dos discursos dos moradores das áreas de produção artesanal, representados pelas lideranças locais, por receberem certa influência das discussões do Congresso da Cidade, se aproximam dos discursos dos assessores técnicos do governo, tanto na definição do “problema ambiental”, quanto no estabelecimento de relações de causalidade e nas soluções imaginadas.

Já a maioria dos discursos dos moradores das áreas de ocupação recente, que não interagem com o movimento popular, não mostram uma aproximação com os discursos dos assessores técnicos do governo, nem com os discursos das lideranças. A discussão da “questão ambiental” tal como colocada no âmbito do senso comum informado, não representa um tema que tenha alguma relevância para estes moradores.

São justamente estes moradores das áreas mais precárias os que mais sofrem no cotidiano a exposição a riscos ligados à saúde e às características do solo. Sobre sua forma de ocupação recai a crítica tanto dos técnicos do governo, quanto dos moradores ligados à produção artesanal. Isto significa que sua localização no espaço social os deixa em posição de vulnerabilidade, sujeita às decisões tomadas por grupos sociais localizados em outro ponto deste espaço, dotados como são de maiores quantidades de capital cultural e econômico.

Uma abordagem democrática da relação entre sociedade e território a partir do foco ambiental urbano requereria a consideração das distintas formas de apropriação do capital material da cidade entre os grupos sociais e, portanto, a consideração do significado de noções ligadas à questão ambiental não como coisa dada, mas como passível de classificações distintas por estes grupos. Pois a noção de “meio ambiente” não surge no vácuo social – não é um valor inscrito nas coisas – como na perspectiva objetivista, nem nos indivíduos – como posto pela perspectiva subjetivista³. Pois com lembra Nunes Coelho, os “impactos ambientais urbanos”

³ K. Burningham – M. O'Brien, “Global Environmental Values and Local Contexts of Action”, in *Sociology* vol. 28, n.4, nov. 1994, p. 913-932

operam dialeticamente por intermédio de um padrão interno de diferenciação socioespacial, onde o que favorece um grupo social pode prejudicar um outro. Eles designam, portanto, perturbações no processo de mudança socio-ecológica que alteram o padrão espacial de distribuição social do acesso aos recursos ambientais⁴.

Para muito além do pedagogismo de uma “educação ambiental” destinada às vítimas do padrão de relações sociais vigente e pertinente à opção de sociedade hegemônica, uma abordagem democratizante da questão ambiental urbana requereria, conseqüentemente, sua análise crítica, desde o processo de construção social que a instituiu como problemática, até a consideração da diversidade de perspectivas ambientais – muitas vezes em conflito – através das quais as práticas espaciais se afetam reciprocamente na cidade.

⁴ Maria Célia Nunes Coelho, Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa, in A.J.T.Guerra – S.B; Cunha (orgs.), Impactos ambientais urbanos no Brasil, Bertrand, Rio de Janeiro, p. 19-45

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Omar Numa. Possibilidades de intervenção e de desenvolvimento urbanos em área de assentamento espontâneo no contexto metropolitano de Belém: o caso do Paracuri 3. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). NAEA/UFPA, Belém, 2008.

ACSELRAD, Henri e COLI, Luis Régis. “Disputas territoriais e disputas cartográficas” *In: ACSELRAD, Henri (org), Cartografias sociais e territórios*. Coleção Território, ambiente e conflitos sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ACSELRAD, Henri. “Sentidos da sustentabilidade urbana”. *In: ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. DP&A Editora: Rio de Janeiro, 2001, p. 27-55.

ACSELRAD, Henri. “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”. *In: ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil*. Ed. Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll: Rio de Janeiro, 2004a, p. 13-35.

ACSELRAD, Henri. “Ação coletiva e estratégias argumentativas”. *In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S. & PÁDUA, J. (Org.). Justiça ambiental e cidadania*. Ed. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004b, p. 23-39.

BELÉM, Prefeitura Municipal. COGEP. Plano Diretor de Belém. 1991: diagnóstico.

_____. Mensagem do Prefeito de Belém à Câmara Municipal e Relatório de Atividades da PMB em 2002. Belém: 2003a.

_____. Informações preliminares para o PDL do Distrito de Icoaraci. Belém: 2003b. Mimeografado.

_____. Secretaria Municipal de Urbanismo. Regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social em Belém –ZEIS. Diagnóstico. Belém, 2003c.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. O Poder Simbólico. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

BRAND, Peter. La construcción ambiental del bienestar urbano. Caso de Medellín, Colombia. Medellín: Revista Economía, Sociedad y Territorio, vol. III, n.9, 2001, p. 1-24.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. Editora da Unicamp, 2ª ed. rev., Campinas: 2004.

BURNINGHAM, K. e O'BRIEN, M. Global Environmental Values and Local Contexts of Action *In*: Sociology vol. 28, n.4, nov. 1994, p. 913-932.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém. Belém: EDUFPA, 2007.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa *In*: GUERRA, A.J.T. e CUNHA, S.B (orgs.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. Editora Bertrand, Rio de Janeiro: p. 19-45.

COGEP. Coordenadoria Geral e de Planejamento da Prefeitura de Belém – 1991: Diagnóstico. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1991.

COSTA, Heloísa e BRAGA, Tânia. “Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental”, *In: ACSELRAD, Henri (Org.), Conflitos ambientais no Brasil*, 2004a, p. 195-216.

DIAS, Mário. Industrialização e a produção do espaço urbano em Icoaraci-Belém/PA. São Paulo, 1996, Dissertação, USP.

EVANS, Peter. “Political strategies for more livable cities: lessons from six cases of development and political transition”. *In: EVANS, Peter. Livable cities?: Urban struggles for livelihood and sustainability*. University of California: Berkeley and Los Angeles: 2002, p.222-246.

FERREIRA, Carmena. Produção do espaço urbano e degradação ambiental: um estudo sobre a várzea do Igarapé do Tucunduba, Belém-PA. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Física/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), USP.

FOLADORI, Guillermo. Sustentabilidad urbana y productividad social. Mimeografado. Curitiba: IPARDES, 2001a.

_____. “Los problemas ambientales urbanos y sus causas”. *In: Revista Paranaense de Desenvolvimento* – Economia, Estado, Sociedade. n. 100. Curitiba: IPARDES, 2001b.

FUKS, Mário. Arenas de ação e debate públicos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992). Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – ADIC/SAAEB. Caracterização dos problemas ambientais decorrentes do uso e ocupação das bacias hidrográficas do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) – Município de Belém (PA) – com o auxílio de geoprocessamento. Belém: 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/ UFPA, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Gestão do uso do solo e disfunção do crescimento urbano: levantamento e análise dos problemas da gestão do uso e proposição de políticas públicas para a RMB. Belém, 1997. Relatório nº 2.

LAKE, Robert. "Contradictions at local scale: local implementation of Agenda 21 in the USA". In: LOW, Nicholas; GLEESON, Brendan; ELANDER, Ingemar and LIDSKOG, Rolf. Consuming cities: the urban environment in the global economy after the Rio Declaration. London: Routledge, 2000. p. 70-90.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - Companhia de Saneamento do Pará COSANPA. Projeto de drenagem, vias, água e esgoto das zonas baixas de Belém- Plano de Reassentamento. Atualização: 1997.

LIMA, José Júlio. Conjuntos habitacionais e condomínios de luxo: duas tipologias em confronto. Revista Traços, Belém, v. 4, n. 7, p. 39-45, mar. 2001.

MARQUES, Maria Amélia. Planejamento e Gestão Urbana no Município de Belém (1997-2000). Políticas e representações sobre a política de saneamento ambiental a partir da experiência de intervenção na bacia do Tucunduba. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). UFPA/ NAEA, Belém, 2001.

OLIVEIRA, Sônia. Conflitos ambiental na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Pontes, 6ª edição. Campinas: 2005.

ORLANDI, Eni. Terra à vista – discurso e confronto velho e novo mundo. Editora Cortez. Unicamp: 1990.

PINHEIRO, Andréa e BITTENCOURT, Marcos. Redesenhando o Paracuri: propostas para a qualificação ambiental do bairro. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará. Belém, 1998.

RAMALHO, Viviane e RESENDE, Viviane. Análise de Discurso Crítica. Editora Contexto. São Paulo: 2006.

RIBEIRO, Karla Tereza. Qualidade sanitária da água e saúde humana em áreas de influências de duas bacias hidrográficas de Belém – Pará. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – NAEA/UFPA. BELÉM, 2002.

SOUSA, Norma Maria Bentes de. Participação popular: reflexões sobre o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una – Belém/PA. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ/ IPPUR, Rio de Janeiro, 1998.

SWYNGEDOUW, E. e HEYNEN, N. Urban Political Ecology, Justice and the Politics of Scale, in Antipode, 2003, pp. 899-918.

TAVARES, Auda Piani. Planejamento do turismo sustentável e qualidade de vida dos produtores de cerâmica em Icoaraci. Monografia (Especialização em Ecoturismo) – Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Meio Ambiente – NUMA/UFPA. Belém, 1997.

TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro. A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998.

VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento. MDU-UFPE: Recife, 1997.

WRIGHT, E. O. Interrogating inequality: essays on class analysis, socialism and Marxism. Verso: 1994, cap. 1 e 2, p.21-50.

ARTIGOS DE JORNAIS

BRASIL, Edson Gillet. "Icoaraci já pode se planejar: técnica do geoprocessamento vai ajudar o distrito a botar a casa em ordem". O Liberal, Belém, 04 dez. 2000. Caderno Atualidades, p. 10.

DI PAULA, Fabrício. "Moradores da Vila não querem presídio: As obras vão começar dentro de 15 dias sob protesto da população de Icoaraci". O Liberal, Belém, 06 jan. 2002. Caderno Atualidades, p.9.

ICOARACI pode ganhar reserva ecológica com 180 hectares. A Província do Pará, Belém, 05 abr. 1995-cad.1.p.8.

ICOARACI: Agência Distrital pesquisa antigos igarapés. Diário do Pará, Belém, 23 jul. 1999. Caderno Cidades, p. A-8.

MORADORES do Paracuri I denunciam abandono. O Liberal, Belém, 23 jan. 2002a. Caderno Atualidades, p. 8.

MORADORES do Paracuri se queixam, na Câmara, da falta de saneamento. O Liberal, Belém, 28 ago. 2002b. Caderno Atualidades, p. 8.

MONTEIRO, Aline. “Pesca urbana é meio de vida para desempregados”. O Liberal, Belém, 02 jun. 2002. Caderno Atualidade, p. 7.

NUNES, Edna. “Extração ilegal causa escassez de argila: Artesãos de Icoaraci denunciam empresas de outros Estados como autoras do crime ambiental”. Diário do Pará, Belém, 22 de outubro de 2000. Caderno Cidades, p.9.

PARACURI clama por melhores dias. A Província do Pará, Belém, 05 dez.1999. Caderno Cidades.

ANEXO A - LISTA DOS ENTREVISTADOS

Moradores:

1. Liderança local, Delegado do Distrito de Icoaraci (DAICO) pelo Congresso da Cidade.
2. Liderança local ligada uma associação de defesa do artesanato.
3. Liderança ligada à assistência social vinculada à religião espírita.
4. Liderança local ligada uma associação de defesa do artesanato.
5. Morador do principal corredor de produção e comercialização do artesanato de Icoaraci, a rua Soledade.
6. Morador da área de entorno da rua Soledade, que trabalhava como barreirense (trabalhador que executa a extração de argila das margens e do leito do Paracuri), atuante há muitas décadas e muito conhecido em toda a Belém, por seus trabalhos de cura de diversos males com o uso da argila.
7. Moradora do entorno da rua Soledade.
8. Morador do entorno da rua Soledade, atuante na defesa do artesanato.
9. Moradora da ocupação do Parque Guará, área de ocupação da Rod. Arthur Bernardes.
10. Moradora da ocupação do Parque Guará, área de ocupação da Rod. Arthur Bernardes.
11. Moradora da ocupação do Central Park, área de ocupação da Rod. Arthur Bernardes.
12. Moradora da ocupação do Central Park, área de ocupação da Rod. Arthur Bernardes.

Assesores técnicos do governo municipal Edmilson Rodrigues na Prefeitura de Belém (1997-2004), com atuação no Paracuri:

1. Assessor técnico e político da Agência Distrital de Icoaraci durante a segunda gestão de Edmilson Rodrigues (2001 a 2004), muito atuante no processo de organização do Congresso da Cidade a nível distrital.
2. Assessor técnico da Agência Distrital de Icoaraci durante metade da primeira gestão de Edmilson Rodrigues (1997 a 2000) – entrevista mediada por telefone.
3. Assessora técnica do governo atuante no Parque Zoobotânico Rodrigues Alves, chefe da divisão responsável pela gestão de áreas ambientalmente frágeis, responsável pela gestão ambiental do Paracuri.
4. Agente Distrital de Icoaraci durante metade da primeira gestão de Edmilson Rodrigues - entrevista mediada por telefone.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)